

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO

**A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA BUSCA DA CRIAÇÃO DA
RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO, PERNAMBUCO.**

RECIFE

2013

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO

**A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA BUSCA DA CRIAÇÃO DA
RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO, PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

RECIFE

2013

R484c Ribeiro, Fabiano Pimentel
A formação do capital social na busca da
criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso,
Pernambuco / Fabiano Pimentel Ribeiro. – Recife, 2013.
76 f. : il.

Orientador: Angelo Brás Fernandes Callou.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2013.

Referências.

1. Capital social 2. Sustentabilidade 3. Reservas
extrativistas I. Callou, Angelo Brás Fernandes, orientador
II. Título

CDD 303.44

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO

A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA BUSCA DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO, PERNAMBUCO.

Dissertação apresentada ao Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Data aprovação: ____ / ____ / ____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Educação / Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Profª. Drª. Maria Salett Tauk Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Educação / Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Profª. Drª. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Educação / Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho
Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Ciências Sociais / Grupo de Estudos Mares, Ambientes e Ruralidades

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/UFRPE - 2013

*Dedico esse trabalho a todos que percebem o desenvolvimento
como um processo de religação entre sociedade e natureza.*

AGRADECIMENTOS

É imenso o sentimento de gratidão a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o meu processo de aprendizagem no Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex.

Sou muitíssimo grato ao meu orientador Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou, primeiramente, por todas as aulas (com as referidas linhas do tempo) que subsidiaram a minha compreensão da Extensão Rural/Pesqueira; por ter me aceitado como seu orientando; e também, por toda sua orientação desde a formulação do projeto de pesquisa até a redação final da dissertação. Nunca me esquecerei dos “batentes” entre os parágrafos, como também do “[...] se você abriu a porta tem que fechar depois [...]” referindo-se as citações no texto que não eram trabalhadas. Hoje, relendo as correções feitas, entendo que o Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou foi muito polido quando escrevia “batentes”, quando na verdade eram “abismos” entre parágrafos (risos).

Também, sou muito grato a Prof^a. Dr^a. Maria Salett Tauk Santos e a Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida por terem aceitado a participar deste trabalho com contribuições capitais, como, também, por todo o conhecimento e literatura disponibilizada ao longo do curso. Sempre lembrarei as discussões na disciplina “Comunicação e Culturas Populares”. Como lembrarei, também, dos encontros, em diversos cafés da nossa cidade, promovidos pela Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida para discutirmos acerca da literatura do “Imaginário e Cotidiano”.

Da mesma forma, agradeço ao Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho por ter aceitado participar da banca examinadora e, dessa forma, contribuir para o melhoramento deste trabalho. Também sou muitíssimo grato à Prof^a. Dr^a. Irenilda Lima, ao Prof. Dr. Paulo de Jesus, à Prof^a. Dr^a. Hulda Stadtler e à Prof^a. Maria Luiza Pires, pela oportunidade de aprendizagem em suas disciplinas.

Agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram no trabalho de campo, em especial, Alberto (Articulador da Rede Mangue Mar / PE), Msc. Beatriz Mesquita Pedrosa (Pesquisadora da FUNDAJ), Cícera (Presidenta da Colônia Z-7 de Rio Formoso) e Francisco (Tesoureiro da Colônia Z-7 de Rio Formoso). Da mesma forma, sou muito grato a todos os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso que dispensaram alguns minutos de seus dias para conceder as entrevistas da presente pesquisa.

Nesse processo de aprendizagem, no Posmex, foi de fundamental importância fazer novos amigos, com os quais tive oportunidade de compartilhar ideias, projetos e pesquisas. Sou muito grato, aos amigos de curso: Mônica, Ladjane, Claudinha, Ana Paula, Gildo, Bruno Andrade, Bruno Monteiro, Josilene, Rosângela, Iêda, Everaldo, Filipe, Simone e Jadson. Também, jamais me esquecerei dos cafezinhos, e principalmente, da simpatia de Darcy, como também de Márcia para nos ajudar nos processos administrativos.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/UFRPE - 2013

*Dar o máximo.
Trabalhar sempre com alma
E com toda alma,
Quer se trate
De conduzir às estrelas
Uma nave espacial
Ou de fazer
Uma simples ponta de lápis...*

(D. HÉLDER CÂMARA)

RESUMO

O presente estudo de caso tem como objetivo analisar a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende é analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, Estado de Pernambuco. Atualmente, a Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde está localizado o Município de Rio Formoso, passa por um processo de industrialização com a construção do Complexo Portuário de Suape. Os pescadores da Colônia Z-7, de Rio Formoso, em movimento contrário a esse processo de industrialização demandaram a criação de uma Reserva Extrativista Federal para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. As Reservas Extrativistas, por sua vez, são geridas por Conselhos Deliberativos, nos quais as populações tradicionais tem maioria absoluta. Para compreender de que forma está se construindo o Capital Social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso foram realizados levantamentos de informações sobre a criação da Resex em Rio Formoso em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet. Foram utilizadas técnicas de observação direta, como a observação de campo e técnicas de observação indireta, como a realização de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas viagens de campo para o Município de Rio Formoso, no período de 31 de outubro a 25 de novembro de 2012, para a realização de 13 (treze) entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas de maneira não probabilista. As entrevistas semiestruturadas para a presente investigação foram compostas de 04 (quatro) blocos de perguntas, relacionados a categorias distintas, no âmbito do conceito de capital social. O primeiro bloco referiu-se às informações de identificação pessoal. O segundo bloco teve como objetivo sondar a *confiança* em relação dos pescadores da Colônia Z-7. O terceiro bloco foi concentrado em informações acerca da *cooperação* dos pescadores da Colônia Z-7. O quarto bloco teve por objetivo abordar a natureza e a extensão da participação dos pescadores da Colônia Z-7 em *grupos e redes*. As entrevistas realizadas foram analisadas nas dimensões das relações dos pescadores na faina de pesca e nas dimensões de relações exógenas à tradição de pesca e articuladas com abordagens distintas do capital social, na perspectiva do desenvolvimento local. No capital social dos pescadores da Colônia Z-7, a confiança e a cooperação, na dimensão comunitária, coloca em evidência o aspecto fraco desse capital. Entretanto, a confiança e a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, na dimensão da faina de pesca, lastreada pelo saber-fazer tradicional intimamente ligado ao ambiente natural, constitui-se como fator positivo desse capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista. Para a compreensão do papel do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 deve-se observá-lo em suas diversas faces, ora deixando lacunas em sua função de ordenar e fiscalizar o uso dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, ora dispondo de políticas públicas que condicionam a participação da sociedade na criação, implementação e gestão de unidades de conservação.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Resex. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present case study aims to analyze the environmental public policy creation Extractive Reserves in the perspective of local development. Specifically, the intention is to analyze the social capital of fishermen of Colônia Z-7 in the creation of the Extractive Reserve of Rio Formoso, Pernambuco State. Currently, the South Zone of Pernambuco, where is located the city of Rio Formoso, undergoes a process of industrialization with the building Suape Port Complex. Fishermen of Colônia Z-7, Rio Formoso, in contrary motion to the process of industrialization demanded the creation of a Federal Extractive Reserve for Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Extractive Reserves, in turn, are managed by Deliberative Councils, in which the traditional people have an absolute majority. To understand in what form is building the Social Capital of fishermen of Colônia Z-7 in the creation of the Extractive Reserve of Rio Formoso surveys were conducted of information about the creation of extractive reserves in Rio Formoso in newspapers and periodicals, printed and digital available on the internet. We used direct observation techniques, such as field observation and indirect observation techniques, such as semi-structured interviews. Field trips were made to the Municipality of Rio Formoso, from October 31 to November 25, 2012, to carry out thirteen (13) semi-structured interviews, which were applied without probabilistic. The semi-structured interviews for this study were composed of 04 (four) blocks of questions related to distinct categories, under the concept of social capital. The first block referred to personally identifiable information. The second section aimed to probe the *trust* in the fishermen of Colônia Z-7. The third block was concentrated on information about the *cooperation* of fishermen of Colônia Z-7. The fourth block was aimed at addressing the nature and extent of participation of fishermen Colônia Z-7 in *groups and networks*. The interviews were analyzed in the dimensions of the relations of the fishermen in fishing tradition on the dimensions and relations exogenous to the fishing tradition and articulated differing approaches of the social capital, in the perspective of local development. In the social capital of the fishermen of Colônia Z-7, *trust* and *cooperation* in a community dimension, highlights the faint aspect of this capital. However, the trust and cooperation of the fishermen Colony Z-7, the size of the fishing trip, backed by traditional skills closely linked to the natural environment, constitutes a positive factor that social capital for participation these fishermen in the Deliberative Council of Extractive Reserve. To understand the role of the State in the formation of social capital fishermen of Colônia Z-7 should observe it in its many faces, sometimes leaving gaps in their function to order and supervise the use of natural resources in the estuary of Rio Formoso, and sometimes offering public policies that influence society participation in the creation, implementation and management of protected areas.

Keywords: Social Capital. Local Development. Resex. Sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico

Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

Diusp – Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

Esec – Estação Ecológica

Flona – Floresta Nacional

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Parna – Parque Nacional

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Rebio – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional

Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Sudepe – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O problema, sua origem e o processo de investigação.....	1
CAPÍTULO I.....	16
2. Capital Social, Desenvolvimento Local e Reserva Extrativista: aproximações teóricas.....	16
CAPÍTULO II.....	28
3. Município de Rio Formoso e a Colônia de Pescadores Z-7 na criação da Reserva Extrativista.....	29
CAPÍTULO III.....	37
4. Capital Social da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex em Rio Formoso.....	37
4.1 <u>A confiança no processo de construção do Capital Social dos pescadores da Colônia Z-7</u>	38
4.2 <u>A cooperação como desdobramento da confiança dos pescadores da Colônia Z-7</u>	45
4.3 <u>Grupos e redes, a dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7</u>	52
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS	65
ANEXO A	73
ANEXO B	74

INTRODUÇÃO

1. O problema, sua origem e o processo de investigação

O objetivo deste estudo é analisar a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende é analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7, como uma das dimensões importantes do Desenvolvimento Local no processo de criação da Reserva Extrativista no Município de Rio Formoso, Estado de Pernambuco.

As Reservas Extrativistas fazem parte da política ambiental do Governo federal, implementada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO),¹ que integra o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp) (BRASIL, ICMBIO, 2007).

Historicamente, as Reservas Extrativistas constituíram uma proposta às demandas dos seringueiros, reunidos a partir de 1985, em torno do Conselho Nacional de Seringueiros. As primeiras Reservas Extrativistas foram formadas em 1990 pelo Decreto 98.897 e passaram a integrar o Programa Nacional de Meio Ambiente. Naquela época, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).²

Com a entrada em vigor da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que implanta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foram aperfeiçoadas normas para criação, implementação e gestão de territórios ambientalmente protegidos, onde, nesse sistema, foram divididas as áreas protegidas em duas categorias distintas: unidades de proteção integral, com cinco tipos diferentes; e unidades de uso sustentável, com sete tipos diferentes (BRASIL, 2000).

¹ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade “é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela [Lei 11.516](#), o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)” (BRASIL, DOU de 29/8/2007, p. 1).

² Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

Cada tipo de unidade de conservação tem características diferentes, de acordo com a diversidade ambiental, social e cultural, do espaço natural. As unidades de proteção integral não comportam o uso direto dos recursos naturais, vedando, dessa maneira, a ocupação humana dentro de seus limites. Estão dentro desta categoria: Parque Nacional (Parna), Reserva Biológica (Rebio), Estação Ecológica (Esec), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

Nas unidades de uso sustentável, conforme o Snuc,³ os recursos naturais podem ser manejados diretamente pelas populações locais, de acordo com normas específicas de conservação da natureza, sendo permitida a permanência de pessoas em sua área. Estão nessa categoria: Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Reserva de Fauna e Floresta Nacional (Flona) (BRASIL, LEI 9.985, 2000).

As Reservas Extrativistas são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Snuc, apresentam uma série de particularidades (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).⁴

A Lei Nº 9.985, de julho de 2000, também conhecida como Snuc, redefine Resex como:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo (BRASIL, 2000, p.1).

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) “é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 2000, p.1).

⁴ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

Como características gerais, as reservas extrativistas representam áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais, geridas por um Conselho Deliberativo, que deve administrar de modo sustentável o uso dos recursos naturais, e implantar estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. As atividades das comunidades tradicionais, seus modos de vida e cultura deverão ser valorizados e protegidos, de forma a evidenciar as potencialidades locais. Características estas que vêm ao encontro do conceito de Desenvolvimento Local aqui compreendido

...como um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico* e à *melhoria da qualidade de vida* da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as *potencialidades* locais e contribuir para *eleva as oportunidades sociais* e a *viabilidade e competitividade* da *economia local*; ao mesmo tempo, deve assegurar a *conservação dos recursos naturais*, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (grifos do autor) (BUARQUE, 2002, p. 25).

Em 1990, foram criadas as primeiras reservas extrativistas: a Resex do Alto Juruá e a Resex Chico Mendes, ambas no Estado do Acre; a Resex do Rio Cajari, no Estado do Amapá; e a Resex do Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia. Todas criadas no Bioma Amazônia. A partir de então, o modelo expandiu-se da Amazônia para outros biomas e outros tipos de ecossistemas brasileiros. Apenas dois anos depois da instituição das primeiras Resex Florestais Amazônicas, foi criada a primeira unidade costeiro-marinha e em seguida foram criadas quatro unidades voltadas para o extrativismo nas Matas de Babaçu. Em 2006, a proposta expandiu-se também para o cerrado propriamente dito, com a criação de duas unidades no Estado de Goiás (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).⁵

No ano de 2008, o número de Resex federais oficialmente criadas totaliza 56 unidades, distribuídas em 17 estados brasileiros e somando cerca de 11 milhões de hectares (BRASIL, ICMBIO, 2009). Atualmente, cinco propostas de criação de Resex estão prontas, apenas esperando publicação do Decreto, dentre outras está a proposta de criação da Resex de Sirinhaém, Estado de Pernambuco. Outras propostas de criação de unidades de conservação estão em andamento, dentre elas a da criação da Resex de Rio Formoso, também, em Pernambuco (SILVEIRA, 2010).

⁵ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

Conforme o Snuc, a criação dessas unidades pode ser motivada por demanda de populações tradicionais,⁶ característica na qual seus objetivos são ampliados para além da conservação da biodiversidade e do próprio uso sustentável dos recursos naturais, abrangendo o autorreconhecimento das comunidades tradicionais, de seus territórios, e da importância das práticas locais para a conservação ambiental.

Os objetivos básicos da Resex, de acordo com o Artigo 18 da Lei 9.985, consistem em “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1).

Ora, assegurar o uso sustentável de recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das populações significa que a noção de Desenvolvimento Local e, portanto, de sustentabilidade ambiental, como encerra o conceito, está na essência da filosofia de uma Resex, considerando, aqui, Sustentabilidade na perspectiva de Leff (2010, p.28):

[...] não me refiro apenas aos valores mais gerais da ética de nossa civilização ocidental – pré-moderna, moderna ou pós-moderna – mas aos valores atribuídos à natureza, aqueles que dão sentido às sociedades tradicionais – muitas das quais sobrevivem hoje em dia reconstruindo suas culturas, arraigadas ao território e aos ecossistemas que transformaram não apenas através de um processo de evolução biológica, mas atribuindo significados à natureza. É este vínculo cultura-natureza que vem se rompendo pela imposição da contundente realidade do mercado.

Nos biomas brasileiros, houve um aumento de unidades de conservação de usos sustentável criadas nas Zonas Costeiras e Marinhas, evidenciando um crescimento significativo da inclusão dos povos tradicionais, desse bioma, em áreas formalmente protegidas. Prates (2007, p.17) diz que:

Na zona costeira e marinha, as unidades de conservação de uso sustentável representam uma boa parcela do total das unidades criadas, principalmente quando computamos a área sob proteção. As unidades federais apesar de estarem em menor número representam uma área maior sob proteção (46 UCs federais, sendo 26 de proteção integral com a soma das áreas igual a 1.224.506 ha e 20 de uso sustentável, com a soma das áreas igual a 1.641.229 ha). As áreas de uso sustentável nos três níveis governamentais, federal, estadual e municipal, somam 95 unidades, compreendendo 17.197.833 ha.

⁶ Povos e Comunidades Tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, p. 316).

A inclusão das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais, na Zona Costeira brasileira, é representada por diversas populações tradicionais, a exemplo de Pescadores Artesanais,⁷ Marisqueiras, Ribeirinhos, Caiçaras, Praieiros, Jangadeiros (ICMBIO, 2009, informação verbal),⁸ que têm sido contempladas com criação de unidades de conservação. Este tipo de estratégia é fundamental para a conservação socioambiental, considerando que a crescente degradação dos ecossistemas costeiros, em particular dos estuários e lagunas, parece ser o fator que mais coloca em risco a reprodução social dos pescadores que operam dentro dos quadros da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1995).

A criação de unidades de conservação, de uso sustentável, nas zonas costeiras e marinhas, torna de direito que os povos do mar sejam incluídos nos processos de decisão que envolvam seus territórios. As populações tradicionais da zona costeira de Pernambuco têm sido contempladas com a criação de unidades de conservação de uso sustentável, a exemplo, da APA Costa dos Corais e da Resex Acaú/Goiana.

Em 1997, pelo Decreto Federal, foi criada a APA Costa dos Corais, situada entre a zona costeira do litoral sul de Pernambuco, e a zona costeira do litoral norte de Alagoas,

A APA Costa dos Corais estende-se do município de Tamandaré, sul de Pernambuco, até Paripueira no norte de Alagoas, abrangendo desde uma linha dos 33 metros da maré alta até 18 milhas da costa, o que inclui toda a plataforma até a borda do talude Continental. Abrange uma área aproximada de 413.563 ha, sendo a primeira unidade de conservação federal a incluir os recifes costeiros e a maior unidade de conservação marinha do Brasil (FERREIRA, 2007, p. 29).

Outro exemplo, que abrange a zona costeira do litoral sul da Paraíba e a zona costeira do litoral norte de Pernambuco, é o da Resex Acaú/Goiana:

Atendendo a uma solicitação oficial da então Gerência Regional do Ibama na Paraíba, foi criada pelo Decreto Presidencial do dia 26 de setembro de 2007, abrangendo parte dos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e parte do Município de Goiana, no Estado de Pernambuco. A área da Resex é de 6.678,30 hectares, e está inserida no bioma marinho-costeiro. A área da Resex é

⁷ “Os pescadores artesanais são grupos sociais que vivem da atividade pesqueira realizada em rios, baías, estuários e áreas marinhas mais abrigadas. A pesca artesanal caracteriza-se principalmente pela mão de obra familiar e pela utilização de pequenos barcos [...]” (COSTA, 2011, p. 115).

⁸ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

influenciada pelos Rios Goiana e Megaó (INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE, 2010a).

Esse movimento de proteção ambiental, por meio da criação de unidades de conservação, tem se mostrado uma forma de enfrentamento aos diversos problemas ambientais no Litoral Sul do Estado de Pernambuco, principalmente os que estão relacionados com o desenvolvimento industrial no entorno do Porto de Suape, como a interferência na pesca artesanal e o desmatamento do manguezal, que vêm influenciando diretamente as atividades tradicionais das comunidades costeiras. Assim se refere Quinamo (2010, p.1):

[...] a questão ambiental de Suape não pode ser vista de forma isolada, sem considerar a área costeira em toda a sua extensão e as atividades tradicionais que nessas áreas se desenvolvem, como as de pesca artesanal. Não basta tentarmos evitar ou minimizar a supressão de ecossistemas em Suape. É necessário incluir na discussão: a garantia de conservação dos manguezais e demais ecossistemas costeiros remanescentes; o que se pretende fazer em toda a área costeira; o que é viável do ponto de vista socioeconômico e ambiental; e também a criação de novas unidades de conservação federais, como as que já foram propostas (Resex de Rio Formoso e a Resex de Barra de Sirinhaém e a RDS do Canal de Santa Cruz), e a consolidação das já aprovadas, especialmente a Resex Acaú-Goiana.

As solicitações das Resex em Sirinhaém e em Rio Formoso originaram-se com demandas dos pescadores artesanais da região para garantir seus modos de vida tradicionais, que dependem diretamente do uso sustentável dos recursos naturais. Essas solicitações de criação das Resex constituem ações que contrapõem o processo de industrialização da Zona da Mata Sul de Pernambuco, que é amplamente apoiado pelo grande capital.

O Município de Rio Formoso, situado a 90 km do Recife, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, inserido em resquícios do bioma Mata Atlântica, com seus estuários e restingas, apresentou, de acordo com o senso do IBGE, realizado em 2011, uma população estimada em 22.258 pessoas, distribuídas em 227,457 Km², perfazendo uma densidade de 97,39 hab./Km². Com relação à dinâmica econômica de Rio Formoso, o serviço, com 60%, é a principal atividade, seguido da indústria com 32% e da agropecuária com 8% (BRASIL, IBGE, 2011). Nesse contexto, considera-se que a atividade pesqueira está relacionada com o serviço, a indústria e a agropecuária, uma vez que muitos pescadores são guias turísticos, trabalham na atividade da cana-de-açúcar e também são pequenos agricultores.

De acordo com Santos M. (2002), diversos são os conflitos sociais com foco no uso dos recursos naturais que estão presentes no Município de Rio Formoso. Um deles é entre a agricultura e remanescentes de Mata Atlântica, onde as fazendas e sítios de coco ocuparam o

espaço anteriormente usado pela mata. Da mesma forma, o turismo de veraneio e a agricultura/pesca vêm ocorrendo em todo o trecho final do estuário, afetando (ainda em pequena escala) o coqueiral, os ecossistemas legalmente protegidos, como mata e manguezal, recifes e pescadores que ficam impossibilitados de realizar suas atividades durante as práticas náuticas (SANTOS, M., 2002, p. 30).

Segundo Pires e Filho (1993 apud SANTOS, M., 2002, p. 37), no estuário do Rio Formoso existem três categorias de pescadores: “o pescador permanente, que depende totalmente da pesca; o temporário, que tem na pesca sua principal atividade, mas se dedica a outra como complemento de renda; e o ocasional, que tem outras atividades, utilizando a pesca como complemento alimentar.”

De acordo com Ribeiro, no seu trabalho intitulado *Redes sociais e a questão ambiental: usos das redes sociais pelos pescadores da colônia Z-7, Rio Formoso/PE* (no prelo), os pescadores de Rio Formoso têm uma visão crítica dos impactos do Porto de Suape às suas atividades. Em pesquisa exploratória para este estudo, coletaram-se informações que denunciaram a diminuição significativa do pescado, aterros de manguezais, poluição dos estuários e a perda da atividade tradicional, levando os filhos dos pescadores a abandonar a atividade pesqueira para trabalhar no Porto de Suape. Ramalho (2009b, p.1), no mesmo enfoque, descreve processos que acontecem, atualmente, no litoral pernambucano, e cita ações que se interligam com a questão ambiental, como grandes investimentos privados, licenciamento ambiental, etc. Diz o autor:

[...] a zona costeira de Pernambuco se depara com um conjunto poderoso de iniciativas bastante consistentes: grandes investimentos privados; forte apoio governamental, com verbas e liberação facilitada [e questionável] de licenciamento ambiental pelas agências públicas; aliança sólida com setores das universidades públicas e órgãos de pesquisa; transformações técnicas e tecnológicas nas formas de produção; franco apoio ideológico da imprensa e de parlamentares; propagação da ideia de que são sinônimos da segurança alimentar; capacidade de, em muitas comunidades, seduzir pescadores e pescadoras por meio da promessa de empregos, renda fixa, garantias trabalhistas e melhoria na qualidade de vida, gerando conflitos interno na categoria.

O modelo de desenvolvimento no litoral sul de Pernambuco está plasmado como um processo que trará benefícios para as populações locais residentes nesta região, baseado na industrialização, ideia que é disseminada tanto pelo setor privado, como pelo setor estatal. De acordo com Ramalho (2009b), nesse modelo, as licenças ambientais prévias, de instalação e de operação, são passíveis de ser questionadas quanto ao mérito da questão.

Ora, a região do Porto de Suape, situada no Bioma Mata Atlântica, ecossistema altamente frágil, e protegida pela Lei Nº 4.771 de setembro de 1965 (Código Florestal), com menos de 8% de sua condição original, contendo resquícios de florestas de manguezais, que são Áreas de Preservação Permanente (APP), não passíveis de supressão, está sendo totalmente modificada, com desmatamentos, aterros, alterações nos cursos dos recursos hídricos, com anuência dos órgãos competentes, evidenciando, no mínimo, um modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista ambiental, como critica Ramalho (2009b).

Apesar disso, o projeto do complexo de Suape quer passar uma imagem de responsabilidade socioambiental, ao se referir assim: “O complexo de Suape estrutura um crescimento em bases sólidas e com vistas ao futuro para estas e as próximas gerações. Adota, desde sua criação (ainda na década de 1970), uma política preventiva, construtiva e de compensação ambiental” (SUAPE, 2013).

Por outro lado, a possível criação de uma Reserva Extrativista em Rio Formoso vai determinar que seja “consolidado o cadastro da população tradicional, iniciada a formação do Conselho Deliberativo e a construção da primeira fase do Plano de Manejo” (BRASIL, ICMBIO, IN 03 2007, p. 4). Esta determinação tem uma importância considerável, na medida em que exige uma participação ativa não apenas dos membros do Conselho Deliberativo, mas também das categorias sociais que elegem esses membros. Isto devido ao Conselho Deliberativo de uma Resex ter, em sua maioria, representantes das populações tradicionais da unidade. De acordo com o Artigo 9º da Instrução Normativa nº. 02 de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, o Conselho Deliberativo é constituído da seguinte forma:

I) Serão indicados para cada vaga no Conselho um representante titular e pelo menos um suplente, os quais poderão pertencer à mesma ou a diferentes entidades, ou representações, desde que de um mesmo segmento;

II) Uma mesma entidade só poderá ocupar uma vaga no Conselho;

III) Deve-se garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade;

IV) O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes;

Parágrafo único: Em situações excepcionais, quando não for possível o disposto no inciso III deste artigo, isto deverá ser atingido nos mandatos subsequentes (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007, p. 4).

Como se pode observar, a fase inicial de criação de uma Resex em Rio Formoso é essencial de ser analisada, considerando que os pescadores da Colônia Z-7, ao iniciar esse

processo de criação, terão que dispor de um considerável capital social, tanto para o êxito na consolidação da criação da unidade, quanto para os futuros desafios de gestão na perspectiva do desenvolvimento local e, portanto, da sustentabilidade ambiental. O capital social, como uma das dimensões importantes do desenvolvimento local (FRANCO, 2001; SILVEIRA, 2001; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), aqui

...se refere aos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a *parceria* (i.e., o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação) e o *empoderamento* (ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade de as populações influírem nas decisões públicas) (grifos do autor) (FRANCO, 2001, p. 158).

Com relação ao capital social no âmbito das Resex, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com o World Wildlife Fund (WWF), realizou estudo, publicado em 2007, acerca da efetividade da gestão das unidades de conservação no Brasil. Dentre as 43 Resex e uma RDS analisadas, 21 unidades (48%) apresentaram vulnerabilidade alta, 16 unidades (36%), vulnerabilidade média, e 7 unidades (16%), vulnerabilidade baixa (BRASIL, IBAMA, 2007).

O estudo também evidenciou que dentre os fatores que mais fragilizam a efetividade da gestão das Resex e RDS, estão: a insuficiência de recursos humanos e financeiros, para realizar ações relacionadas à implantação da lei; e a situação fundiária (BRASIL, IBAMA, 2007). Ora, Resex e RDS, ambas são geridas por conselhos deliberativos, evidenciando dessa forma que uma das maiores dificuldades na gestão dessas categorias de unidades está na deficiência do capital humano e social, com consequências irreparáveis ao capital natural. Capital natural “...se refere aos recursos ambientais herdados e à capacidade de utilizá-los, conservá-los dinamicamente, regenerá-los e recriá-los (FRANCO, 2001, p.158).

Os pescadores da Colônia Z-7 já se mobilizaram para a solicitação de criação da Resex em Rio Formoso, porém esta solicitação é apenas o início do processo de criação, que será permeado de várias discussões e audiências públicas, e terá termo com a divulgação do Decreto da Presidência da República no *Diário Oficial da União*. Dessa forma, evidencia-se a importância do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, na medida em que todo o processo deverá ocorrer, segundo o Snuc, com a participação das populações tradicionais, e que, na criação formal da Resex, deverá constituir o Conselho Deliberativo, a ser composto, em sua maioria, pelas populações tradicionais, como determina o Artigo 9º da Instrução

Normativa nº. 2, de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, além de segmentos sociais envolvidos com as atividades da futura unidade.

Na constituição de um Conselho Deliberativo, deverão estar presentes diferentes entidades que representarão diversos segmentos sociais que atuam na área da Resex, a exemplo de órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal; órgãos não governamentais; representações de diversos setores sociais; e as representações das comunidades tradicionais, com a maioria dos assentos (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007).

Dentre vários objetivos do Conselho Deliberativo,⁹ de acordo com o Snuc, as populações tradicionais, por meio de suas representações, terão que se ocupar de uma considerável amplitude de posicionamentos. Primeiramente, terão que estar apropriadas do conceito de Resex, de seus objetivos e de seu modelo de gestão, para poder deliberar na área da unidade. Todas as atividades antrópicas nos limites da unidade deverão ser ordenadas, inclusive as próprias atividades das populações tradicionais.

O Conselho Deliberativo, conforme Snuc (Lei Nº 9.985, 2000), é que irá aprovar o Plano de Manejo da Resex, que será elaborado de forma participativa. Esta determinação é relevante, uma vez que todas as ações antrópicas dentro da unidade terão que estar regulamentadas para o uso sustentável dos recursos naturais. Em outras palavras, as comunidades tradicionais têm um instrumento oficial para, de fato, gerir seus territórios.

Emerge, no Conselho Deliberativo de uma Resex, a questão da prevalência dos interesses comuns sobre os interesses individuais. Ou seja, é observar se o uso do poder pelos componentes do Conselho Deliberativo está voltado para os interesses públicos, a exemplo da conservação ambiental; ou se os interesses são ainda puramente privados (LUCHMANN, 2002).

⁹ Dentre outros, os objetivos do Conselho Deliberativo de uma Resex são:

“[...] IV – deliberar sobre propostas de pesquisa e projetos de intervenção na Unidade, adotando medidas para que os conhecimentos e benefícios gerados sejam repartidos com as populações tradicionais da Unidade;

V – promover ampla discussão sobre o papel da Unidade e a sua gestão;

VI – estimular e apoiar a criação ou o fortalecimento e formalização das organizações das populações tradicionais da Unidade, possibilitando a autonomia e o protagonismo dessas populações no seu processo de gestão;

VII – definir mecanismos de tomada de decisão que assegurem a efetiva participação das populações tradicionais na gestão da Unidade;

VIII – formalizar suas deliberações por meio de resoluções assinadas pelo presidente do Conselho Deliberativo e respaldadas por ata da reunião correspondente, conforme modelo contido no Anexo I;

[...] XI – consultar previamente as populações tradicionais da Unidade sobre autorização de exploração de produtos ou serviços potencialmente causadores de impacto ambiental ou que acarretem ônus financeiro para as comunidades tradicionais ou suas entidades organizativas;

XII – criar instâncias consultivas para a análise de especificidades da Unidade” (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007, p. 6).

De acordo com Forget e Lebel (2001 apud MERTENS et al., 2011, p. 482), “estruturas que envolvem atores de categorias diversas, tais como pesquisadores, gestores governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais, [...] contribuem para facilitar a formulação de soluções adaptadas à complexidade dos problemas socioambientais [...]”. Desta maneira, a pontuação de Forget e Lebel converge para o pensamento de Pretty, Bouma et al. e Brondizio e Ostrom, quando afirmam que “o capital social é um conceito multidimensional que encontrou nos campos do desenvolvimento sustentável, da gestão dos recursos naturais e da governança ambiental um fértil campo de aplicação” (PRETTY, 2003; BOUMA et al., 2008; BRONDIZIO; OSTROM, 2009 apud MERTENS et al., 2011, p. 483).

Dessa forma, na discussão do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 para deliberarem em um conselho, há que se ficar atento às pontuações de Luchmann, quando aborda os interesses pessoais e coletivos em processos deliberativos. Assim ela se expressa: “[...] o fato de que as crenças e opiniões são endógenas ao processo deliberativo pode representar tanto alterações, tendo em vista o bem comum, quanto alterações de interesses [...] para a implementação de medidas que beneficiem interesses pessoais e/ou corporativos” (LUCHMANN, 2002, p.17). De acordo ainda com a autora, “organizações sociais fortes e com capacidade de exercer influências e lobbies, grupos econômicos, partidos políticos, entre outros, são os que efetivamente apresentam maiores impactos na formulação de preferências endógenas” (LUCHMANN, 2002, p.18).

No contexto de processos deliberativos, como se pretende na gestão das Resex, e como será consequentemente o caso da Resex de Rio Formoso, Ruscheinsky (2010, p.102) diz que: “a eficiência da ação para a gestão não depende só da vontade política daqueles que a praticam, ancora-se igualmente nos contextos ou condições socioambientais, culturais, políticas que podem endossar ou reverter o sentido da intencionalidade.” Dessa forma, o autor também aponta para a discussão da relação entre direito privado e direito difuso no âmbito do conselho deliberativo. Essa problemática da disputa de poder, no Conselho Deliberativo da Resex, remete ao conceito de Bourdieu (1996) “[...] que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Franco (2001b, p. 153), ao analisar o desenvolvimento, se aproxima da perspectiva que considera o poder e a política como questões essenciais. Diz ele: “Desenvolvimento implica sempre mudança social em termos do padrão de organização e do modo de regulação predominantes existentes numa dada sociedade. Portanto, desenvolvimento social é, fundamentalmente, um problema de poder e de política.”

Considerando o aspecto deliberativo da política pública ambiental para o desenvolvimento local, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, é de se perguntar: de que forma está se construindo o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 para participar do Conselho Deliberativo no processo de criação da Resex no Município de Rio Formoso, em Pernambuco?

Espera-se que os resultados do presente estudo subsidiem a compreensão do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso para a gestão do desenvolvimento local da Resex, por meio do Conselho Deliberativo, considerando que ele poderá ser constituído em até cinco anos, a partir da data de criação da unidade de conservação.

No processo de investigação, para alcançar o objetivo do presente estudo, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, como dizem Laville e Dionne (1999), “na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os estudos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 156).

Para isso, foi realizado um levantamento de documentos oficiais do Governo federal na construção do problema desta pesquisa, o qual foi aprofundado no decorrer do estudo, instrumentalizando o processo formal de criação de reservas extrativistas, ou seja, a regulamentação que abrange desde a criação até a gestão das Resex, incluindo leis, decretos e instruções normativas. Laville e Dionne (1999, p. 166), ao dizerem que “as pesquisas nas quais as pessoas são atingidas indiretamente, a partir de documentos [...] são as mais numerosas no campo das ciências humanas,” nos indicou a importância da análise de documentos oficiais, uma vez que as regulamentações da criação de Resex constituem condicionantes às populações tradicionais para deliberar no processo de gestão dos territórios.

Foram realizados levantamentos e análises de informações sobre a criação da Resex em Rio Formoso em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet. Documentos de instituições não governamentais, envolvidas nesse processo, também foram analisados. Foram essas fontes de informação que forneceram elementos para análise de como está acontecendo a implementação das políticas públicas ambientais.

Ampliado o acervo bibliográfico acerca da sustentabilidade na problemática desta pesquisa, buscamos articular com conceitos de capital social, disponíveis na literatura. Considerando a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos no processo de criação da Resex no Município de Rio Formoso, incluindo setores governamentais e não governamentais, adotamos a perspectiva de Laville e Dionne (1999, p. 168), que abordaram a importância do contato direto com as pessoas para atender às necessidades do pesquisador, e

indicam a utilização de técnicas de observação direta, como a observação de campo, e técnicas de observação indireta, como a realização de entrevistas semiestruturadas.

Considerando também a condição de analista ambiental do autor desta pesquisa na região onde está localizado o Município de Rio Formoso, ficou-se atento, na coleta dos dados, a essa nuance, no sentido de que os entrevistados não confundissem o papel de pesquisador com a função que ele exerce em órgão público de ação na localidade. Aspecto para o qual Laville e Dionne (1999, p. 168) chamam atenção, pois, segundo eles, “Em ciências humanas, o pesquisador é mais que um observador objetivo: é um ator envolvido.”

A observação de campo consistiu na presença do pesquisador em duas reuniões ordinárias mensais da Colônia de Pescadores Z-7, em Rio Formoso, em 30 de setembro e 25 de novembro de 2012; e na participação no IV Encontro Nacional da Rede Mangue Mar Brasil, no período de 7 a 9 de dezembro de 2012. Estas observações foram compostas por “notas descritivas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 180), contendo registros *in loco*, como, por exemplo, número de participantes da reunião, estrutura da organização da reunião, como características da participação dos presentes na assembleia. Em um momento, após o registro *in loco*, foram feitas as “notações analíticas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 180), que consistiram em lembretes e anotações mais elaboradas, que deram conta da articulação entre o registro minucioso das participações em reuniões com as categorias do conceito de capital social, como: *confiança*, *cooperação* e *grupos e redes*, como discutiremos no próximo capítulo.

Foram realizadas viagens para o Município de Rio Formoso, no período de 31 de outubro a 25 de novembro de 2012, para a realização de 13 entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas de maneira não probabilista, ou seja, é o caso da “amostra típica,” como dizem Laville e Dionne: “[...] de acordo com as necessidades do estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo, ou de uma parte desta [...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 170).

Dessa maneira, as entrevistas abrangeram dois articuladores da Rede Mangue Mar/PE e onze pescadores da Colônia Z-7. Este recorte amostral foi adotado devido aos pescadores artesanais constituírem uma população tradicional, passíveis, portanto, de ser analisados a partir de categorias do capital social em sua dimensão endógena, ou cultural. Da mesma forma, o recorte para as entrevistas com articuladores da Rede Mangue Mar/PE se deu, considerando as relações sociais para além da dimensão cultural, como uma forma de construção do capital social, sob uma perspectiva exógena desse capital. As entrevistas

propiciaram aproximação entre o observador e o observado, como nos dizem Laville e Dionne (1999, p. 189).

Aqui [...] o instrumento que emerge [...] possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores... em suma, tudo o que reconhecemos, desde o início, como o objeto das investigações baseadas no testemunho.

A definição da quantidade de entrevistas realizadas com os pescadores foi baseada no vínculo deles à Colônia Z-7. Ou seja, esse recorte constituiu uma amostra típica, como sugerem Laville e Dionne, já mencionada anteriormente, na qual os pescadores, a ser entrevistados, abrangeram: participantes das reuniões ordinárias da Colônia Z-7 (onze entrevistas); e articuladores da Rede Mangue Mar/PE (duas entrevistas), perfazendo um total de treze entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas, tanto para os articuladores da Rede Mangue Mar/PE, quanto para os pescadores da Colônia Z-7, foram compostas por um conjunto de perguntas abertas. Foram igualmente utilizadas perguntas em que o entrevistado pôde formular suas respostas, para uma aproximação maior do que ele realmente pensa. No processo de conversação, também, foram abordadas questões não previstas na entrevista (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 187).

As entrevistas semiestruturadas para a presente investigação foram compostas de quatro blocos de perguntas, dos quais três relacionados a categorias distintas, no âmbito do conceito de capital social. O primeiro bloco referiu-se às informações de identificação pessoal, como nome, idade, instituição que representa na rede. Os demais blocos tiveram função de articulação com as categorias, aqui escolhidas, de capital social, como segue.

O segundo bloco de perguntas da entrevista semiestruturada teve como objetivo sondar a *confiança* dos pescadores da Colônia Z-7 em diversas dimensões: a confiança na comunidade em geral, a confiança interpessoal, e a confiança institucional, na tentativa de analisar diversos aspectos que influenciam a confiança, como elemento do capital social.

O terceiro bloco da entrevista semiestruturada foi concentrado em informações acerca da *cooperação* dos pescadores da Colônia Z-7, para entender como as pessoas da comunidade

cooperam no sentido de resolver seus problemas. Essa categoria se desmembrou em cooperação forçada e cooperação genuína, como elementos que influenciam o capital social de formas diferentes. As categorias confiança e cooperação foram analisadas sob a perspectiva endógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, ou seja, sob uma abordagem na cultura desses pescadores.

O quarto bloco teve por objetivo abordar a natureza e a extensão da participação dos membros da Colônia Z-7 em vários tipos de organizações sociais e redes informais, assim como várias contribuições dadas e recebidas nestas relações. A categoria *grupos e redes* foi trabalhada considerando o capital social para além da dimensão das relações tradicionais inserido num campo de disputas de poder, no sentido de conhecer como os pescadores da Colônia Z-7 estão se apropriando das discussões que acontecem em redes sociais para discutir no Conselho Deliberativo da Resex de Rio Formoso. Estas três categorias de análise do capital social foram articuladas com a noção de desenvolvimento local.

A próxima secção deste escrito é o Capítulo I, denominado *Capital Social, Desenvolvimento Local e Reserva Extrativista: aproximações teóricas*, que apresenta uma discussão entre autores do Capital Social em abordagens distintas. Essas abordagens apresentaram perspectivas endógena e exógena á cultura dos pescadores artesanais. A construção desse diálogo com diferentes abordagens do capital social teve o intuito de trazer a tona a complexidade da articulação entre a dimensão da cultura tradicional dos pescadores da Colônia Z-7 e a novas formas de sociabilidade construídas por esses pescadores, na busca de criação de uma Reserva Extrativista.

O Capítulo II, denominado *O Município de Rio Formoso e a Colônia de Pescadores Z-7 na Criação da Reserva Extrativista*, apresenta, brevemente, as características socioambientais do Município de Rio Formoso. Também, de maneira sintética, este capítulo apresenta o histórico da formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, evidenciando os aspectos principais que influenciaram a desmobilização dos pescadores artesanais, desde a época da colonização do Brasil até gestão pesqueira atual. No fim do capítulo, segue-se a pista de autores que indicam movimentos que tentaram modificar o contexto de exclusão da pesca artesanal na gestão pesqueira nacional.

O Capítulo III, *Capital Social da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex em Rio Formoso*, apresenta a análise dos resultados dividida em três secções: *A confiança no processo de construção do Capital Social dos pescadores da Colônia Z-7*; *A cooperação como desdobramento da confiança dos pescadores da Colônia Z-7* e *Grupos e redes, a dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7*. Cada secção apresenta a

articulação do aporte teórico utilizado com os dados coletados em campo, de maneira que ficasse evidente a complexidade da formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7.

Por fim, a Conclusão do presente trabalho apresenta de forma sintética as análises dos resultados acerca do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 e levanta questões acerca do Capital Social como dimensão do Desenvolvimento Local.

CAPÍTULO I

2. Capital Social, Desenvolvimento Local e Reserva Extrativista: aproximações teóricas

O capital social, hoje considerado como uma das dimensões importantes do Desenvolvimento Local (FRANCO, 2001a; SILVEIRA, 2001; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), tem suas principais matrizes teóricas em Putnam (2001), Coleman (2001) e Bourdieu (1998).

Putnam (2001, p. 93) se coloca entre os autores que abordam o capital social em sua dimensão cultural, ao pontuar que: “Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza, por la misma razón que el dinero é más eficiente que el trueque. La confianza es el lubricante de la vida social.” O autor se refere ao capital social pelas características da organização social, normas e confiança, intrínsecas à cultura, que facilitam a cooperação, de modo que o capital social é diretamente dependente dos aspectos culturais de uma sociedade.

Reis (2003, p. 37) constata a partir de Putnam, em seu estudo das instituições políticas na Itália, que o que ele denomina de “compromisso cívico” ou confiança tem como causa fundamental o aspecto histórico-cultural das diversas localidades da Itália, e aponta “duas dinâmicas arquetípicas para o problema do desempenho institucional: uma que ele chama “círculo vicioso autoritário,” e outra, em contraste, “círculo virtuoso democrático.” De acordo com a análise de Reis (2003) ao trabalho de Putnam, a primeira dinâmica Estado autoritário se impõe pelo medo e repressão e, na segunda, prevalecem os compromissos informais, em que os ganhos imediatos são protelados para recompensas futuras. É nessa interpretação do trabalho de Putnam, que Reis nos indica a abordagem culturalista do capital social.

Outra interpretação ao trabalho de Putnam é a de Sennett, que levanta questões acerca da dinâmica social em comunidades locais homogêneas. Diz ele:

[...] a experiência direta da diversidade na verdade leva as pessoas a se retirarem dessas vizinhanças; em sentido inverso, as pessoas que vivem em comunidades

locais homogêneas se mostram mais socialmente inclinadas para os outros fora do seu universo e curiosas a seu respeito (PUTNAM apud SENNETT, 2012, p.15).

De acordo com a interpretação de Sennet ao trabalho de Putnam, há uma resistência em aceitar a diversidade no interior de uma comunidade, e ao mesmo tempo há uma propensão a buscar conhecer o diverso fora da comunidade. Ou seja, o autor pontua que há resistência em relação a conviver com as diferenças daqueles que estão próximos, e ao mesmo tempo uma busca do diferente, do *outro*, daqueles que estão *distantes*. Esta observação reforça a abordagem cultural de Putnam, na medida em que considera que existe capital social em abundância apenas em comunidades que tenham uma cultura comum. Nesse contexto, Sennett (2012, p. 93), em seu trabalho, aborda a cooperação intimamente ligada com a competição, em que esta articulação se dá no “espectro das trocas,” que são divididas em cinco tipos:

[...] *trocas altruísticas*, implicando autossacrifício; *trocas ganhar-ganhar*, nas quais ambas as partes se beneficiam; *trocas diferenciadas*, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; *trocas de soma zero*, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e *trocas tudo para um só*, nas quais uma das partes anula a outra (grifo nosso).

As trocas *altruísticas* e as *trocas tudo para um só* estão na extremidade do espectro, em que a primeira se caracteriza nas relações humanas, “como uma experiência internalizada entre os seres humanos,” baseada em ações, tangíveis ou não, voltadas para o outro, independentemente se tenha algum tipo de expectativa de retorno. O inverso ocorre na outra extremidade do espectro, com *as trocas tudo para um só*. De acordo com o autor, “não existe vínculo entre os dois, domina completamente o predador máximo,” em que a ação é mais próxima de competição sem limites, não havendo espaço para cooperação (SENNETT, 2012, p. 109).

O equilíbrio entre a competição e a cooperação é mais provável quando se vai ao centro do espectro, porém ainda com um equilíbrio frágil, de acordo com o autor. É justamente nas trocas *ganhar-ganhar*, *diferenciadas* e de *soma zero*, em que se dão as trocas dialógicas, mas é nas *trocas diferenciadas* em que se evidencia a cooperação genuína, de acordo com o autor, em que acontecem “[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa, podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação” (SENNETT, 2012, p. 105).

Nessa visão, Putnam (2001) e Sennett (2012) possibilitam a análise da confiança e da cooperação, sob uma perspectiva da cultura tradicional dos pescadores da Colônia Z-7. Por outro lado, segundo Santos V. (2007), há outras formas de relações sociais que podem produzir capital social, que vão além dos laços culturais. Storper apud Santos V. pontua “[...] não existir nenhuma razão convincente para pensar que uma identidade adquirida não pode ser tão forte como uma identidade regional ou étnica [...]”. Neste sentido, Storper apud Santos V. (2007, p. 659) diz que:

Putnam só considera que existe capital social onde ocorre uma abundância de *bonding*, ou seja, de comunidade, pois não trata (ou não considera relevante) as pontes entre os grupos sociais (*bridging*); a própria concepção de comunidade de Putnam seria [...] demasiado restrita, pois ele só considera com tal [...] os grupos que têm uma procedência cultural comum, baseada em laços históricos.

A abordagem cultural, apesar de propiciar uma análise acerca do capital social, tem suas restrições e elimina outras formas de relações sociais que interferem nos elementos que compõem o capital social.

Diante da presente discussão, impõe-se a seguinte questão: considerar a confiança e a cooperação como sendo endógenas ou exógenas ao indivíduo? Segundo Lundasen (2002, p.307), “[...] ainda que a confiança não pareça ter bases puramente racionais e informacionais, ela também não se parece com uma variável completamente exógena, fixada de uma vez para sempre.” Os elementos do capital social, a exemplo da confiança e da cooperação, são provenientes de uma estrutura endógena ao indivíduo.

Se considerarmos, porém, Freitas (2008, p. 96), observam-se abordagens críticas ao trabalho de Putnam, das quais as mais consistentes, segundo o autor, são as críticas de Evans (1996) e Fox (1996), ambos defensores de uma abordagem neo-institucionalista. Diz ele:

E, a partir dessa discussão, observou-se a polarização teórica das abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo. Ou seja, em contraposição ao impulso cultural de Putnam, tem-se que a *intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social*. Com a mesma abordagem, Cunha (2002) refere que a conformação (criação ou elevação) do capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado (grifo nosso).

Evans (1996 apud FREITAS, 2008) pontua que os diferentes níveis de organização social demandam uma intervenção do Estado, não como agente regulador, mas sim como ativista político mobilizador do capital social. No mesmo sentido, Castilhos (2002 apud

FREITAS, 2008, p. 96) diz: “[...] que não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão.”

Dessa maneira, as abordagens culturalista e neo-institucionalista têm contribuições para discussão do capital social, como diz Abu – El – Haj (1999 apud FREITAS, 2008, p. 96): “[...] há que se reconhecer as virtudes da horizontalidade, como condição para a mobilização coletiva da sociedade e, ao mesmo tempo, como portadora de papel essencial junto às instituições na geração de capital social.”

Não podemos deixar de considerar, portanto, o papel que o Estado tem no processo de criação do capital social ao instituir formalmente um instrumento de gestão compartilhada com a sociedade, a exemplo do Conselho Deliberativo da Resex. Emerge a importância, no presente estudo, da abordagem dos autores que tratam o capital social nessa perspectiva, ou seja, os autores denominados neo-institucionalistas.

Para Bourdieu, capital social pode ser considerado como estoque de créditos tangíveis ou não, podendo ser acessado a partir de estruturas, e nas relações de trocas em que o material e o simbólico são indissociáveis. Ou seja, “[...] se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertinencia a un grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 148).

Bourdieu observa as estratégias de utilização do capital social para uma projeção na estrutura social. O próprio Bourdieu (1998, p. 150), ao definir capital político, indica essa abordagem, ou seja, o capital social como instrumento de poder. Diz ele:

[...] el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extension de la rede de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital (económico, cultural o simbólico) poseído por aquellos con quienes está relacionado.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) nos chama a atenção para o esforço de mobilização do indivíduo para se vincular com pessoas, e dessa conexão converter em vantagem, seja ela individual ou de um grupo, material ou imaterial. O capital social, por esse enfoque, ganha consistência com a pontuação de Bourdieu acerca da desigual distribuição do poder no espaço social: “O *campo do poder* [...] é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 50, grifo nosso).

De acordo com Bourdieu (1996, p. 19), o espaço social é construído de acordo com dois “*princípios de diferenciação*” (grifo do autor) que em sociedade mais desenvolvidas são os dois mais eficientes – “o capital econômico e o capital cultural”. Ambos mais fáceis de serem analisados em relação ao capital social. Para melhor compreensão do capital social como estoque e como instrumento de poder, ou seja, do indivíduo buscando vantagens nas relações sociais, no contexto da estrutura social, considera-se também o conceito de *habitus*, como mediador, como nos fala Bourdieu (1996, p. 21): “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (grifos do autor).

O conceito de *habitus*, dessa forma, se articula com o de capital social, na medida em que funciona como mediador entre o indivíduo e as estruturas sociais. Franco (2001b, p. 153), em seu trabalho “O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável,” pontua acerca do aspecto político do capital social, ao assumir que: “Não se pode gerar Capital Social sem fazer política, e todos os programas de investimento em Capital Social são, em suma, programas políticos, ou seja, programas que implicam alterações de natureza política.” Esta abordagem comporta o capital social inserido em um contexto de disputa pelo poder. Nesse pensamento, admite-se que os elementos, que compõem o capital social, para o alcance de um objetivo, individual ou coletivo, provêm de uma apropriação individual ou coletiva de um determinado contexto.

Bourdieu e Passeron (1970, p. 83-84), em *La Reproduction*, se utilizam do axioma de *violência simbólica* para demonstrar como o sistema de ensino adotado pela França impõe de maneira arbitrária o sistema de significação da classe dominante francesa. Para os autores, o sistema de ensino francês é duplamente arbitrário, pois ao mesmo tempo depende das relações de força entre as classes mais poderosas e também é autônomo para impor, inculcar e selecionar as significações consideradas importantes para serem reproduzidas. Diz os autores acerca da *violência simbólica* da dominância cultural gerada pelo sistema de ensino francês:

[...] il produit et reproduit, par les moyens propres de l’institution, les conditions nécessaires de l’exercice de sa fonction interne d’inculcation qui sont en même temps les conditions suffisantes de l’accomplissement de sa fonction externe de reproduction de la culture légitime et de sa contribution corrélatrice à la reproduction des rapports de force. [...] et parce que, Du Seul fait qu’il existe et subsiste comme institution, il implique les conditions institutionnelles de la méconnaissance de la violence symbolique qu’il exerce, i.e. parce que les moyens institutionnels dont il dispose en tant qu’institution relativement autonome, détentrice Du monopole de l’exercice légitime de la violence symbolique, sont prédisposés à servir par surcroît, donc il reproduit l’arbitraire culturel (dépendance par l’indépendance).

Bourdieu e Passeron (1970) observam a ação pedagógica como um processo constante de reprodução do *habitus* dominante, que não é só durável como também não fica restrito ao sistema de ensino escolar, pois essa ação codifica e descodifica a lógica arbitrária dominante. Porém, essa *violência simbólica*, observada pelos autores, apesar de evidenciar processos de dominação e reprodução, não deve ser considerada uma teoria reprodutivista que impede a transformação social. Ou seja, o indivíduo após ser ‘violentado’ pela cultura dominante, em alguma medida, se apropria dessa ‘violência’ e passa a, também, usá-la para influenciar no campo em que está inserido. Em outras palavras, é justamente pela apropriação da violência simbólica, primeiramente exercida pela cultura dominante, que os indivíduos adotam estratégias de diversificação das relações sociais para uma melhor posição dentro do *campo*. Portanto, a abordagem praxiológica, de Bourdieu, indica que as estruturas sociais interferem no indivíduo e vice-versa, propiciando transformações sociais que vão além, apenas, da reprodução social.

Bourdieu (1998), ao observar o capital social como um manancial de recursos que emergem no âmbito das relações sociais, e que pode ser acessado individual ou coletivamente, e transformado em benefício, também, individual ou coletivo, e ainda que esse acesso esteja inserido no campo de disputa de poder com objetivo de projeção na sociedade, possibilita a análise do capital social na sua dimensão exógena, ou seja, pela forma como os *grupos e redes* podem influenciar a construção do capital social.

Na abordagem de Coleman (2001, p. 51), o capital social é considerado por sua função, em que todas as entidades distintas contêm alguma dimensão das estruturas sociais e facilitam as ações dos atores dentro da estrutura. O autor pontua que “o capital humano é criado através de trocas entre as pessoas, as quais adquirem conhecimentos e capacidades para poder realizar tarefas novas.” De acordo com o autor, capital social é observado a partir de “[...] ciertos aspectos de la estructura social por sus funciones [...]” (COLEMAN, 2001, p. 55). Da mesma forma, o capital social se produz através das trocas nas relações entre as pessoas que facilitam a ação.

Coleman (2001) baseia-se na *Teoria da Ação Racional*, em que cada ator controla e tem interesse em certos recursos para alcançar determinado sucesso, ou seja, o capital social é produtivo e faz o possível para o alcance de determinados fins, como também é inerente à estrutura das relações entre dois ou mais atores.

Por outro lado, Matos (s/d) assume uma postura crítica ao dizer que a abordagem de Coleman não abrange “[...] todos os aspectos subjetivos das relações sociais que fogem à racionalidade, desprezando todas as contribuições da sociologia moderna que reservam um espaço privilegiado para o simbólico e para o imaginário.”

Entretanto, a abordagem de Coleman evidencia que as ações racionais também estão pautadas em relações de confiança e podem indicar diferenças entre diversas estruturas sociais. Como pontua Coleman apud Lundasen (2002):

[...] outro modo de transferir confiança de um grupo de pessoas conhecidas para um nível generalizado de pessoas é sugerido por Coleman (1990), em que mediadores podem facilitar a transferência. Por exemplo: A conhece B, mas não conhece C, que é conhecido de B; A pode então confiar em C por meio da relação que A tem com B. Se C não corresponder à confiança de A, A pode então retaliar B. Porém, nesse contexto racional é difícil ver como se pode confiar nas pessoas *em geral*; pois a confiança está relacionada com a informação e o contexto em cada situação específica (LUNDASEN, 2002, p. 307, grifo do autor).

Na abordagem de Coleman (2001), o capital social contribui para a formação do capital humano. Coleman considera que as trocas nas relações sociais facilitam a ação.

Apesar de partir de bases teóricas diferentes, Bourdieu e Coleman consideram o capital social em seu aspecto exógeno. Ambos os autores contribuem para a análise do capital social no presente trabalho a partir da categoria grupos e redes, especificamente na observação de como as redes sociais condicionam a participação dos pescadores da Colônia Z-7 em discussões que enriquecem as suas experiências no contexto de criação, implantação e gestão de uma Resex. Em outras palavras, de acordo com Bandeira (2006 apud SANTOS V., 2007, p. 660), “[...] foi incorporado à discussão um [...] tipo de capital social, denominado *linking*, constituído por redes que estabelecem elos verticais que ligam as comunidades [...] às instâncias onde são tomadas as decisões que afetam o seu bem-estar.”

Diante da diversidade de abordagens do capital social, o recorte utilizado para esse conceito, no presente trabalho, foi articulado com a noção do desenvolvimento local que inclui, por seu turno, a sustentabilidade ambiental, como se verá a seguir.

Para Kliksberg (2008, p. 94), a noção de capital social soma-se às noções de capital humano, capital construído e capital natural e observa as interações entre essas noções. Diz ele: “Se o capital humano e o capital social se deterioram, isso criará obstáculos muito sérios para exploração adequada do capital natural e para produzir formas adequadas de capital construído.” Kliksberg, ao apontar a importância do Estado na formação do capital social, e assumir que essa intervenção do Estado tem que considerar os aspectos socioculturais, chama

atenção para uma visão de complementaridade entre abordagens do capital social, ou seja, endógena, exógena e neoinstitucional.

Essa complexidade do capital social está contemplada por Paula (2001, p. 141) que, ao assumir uma perspectiva de desenvolvimento local, engloba além do capital social, o capital humano, a governança e o uso sustentável do capital natural, trazendo a noção de sustentabilidade para a discussão. Diz ele:

Pensar o desenvolvimento humano, social e sustentável, significa pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, entre os quais: o crescimento do capital humano, o crescimento do *capital social*, a conquista da boa governança e o *uso sustentável do capital natural* (grifo nosso).

Essa abordagem do desenvolvimento, também, indica noção de sustentabilidade, na medida em que considera o uso sustentável dos recursos naturais, e conseqüentemente articula o conceito de capital social ao de capital natural. O autor considera o capital humano, o capital social, a governança e o capital natural como elementos indispensáveis ao desenvolvimento local. “Portanto, não existe a possibilidade de um desenvolvimento que se queira humano, social e sustentável sem a combinação simultânea de todos esses esforços” (PAULA, 2001, p. 144).

Da mesma forma, a concepção de desenvolvimento local de Franco (2001) comporta diversos recursos que estão interligados, dentre os quais: capital humano, capital social, capital empresarial, capital tradicional ou renda e o capital natural, e aponta o papel essencial do capital natural no desenvolvimento.

A noção de sustentabilidade, portanto, permeia a discussão do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 para o desenvolvimento local, considerando que estes pescadores deverão protagonizar o Conselho Deliberativo da Resex a ser criada. Sustentabilidade não aquela onde “[...] acredita-se na resolução dos problemas ambientais e sociais com medidas técnicas e gerenciais, sem se questionar as instituições da sociedade vigente” (ACSELRAD, 2004 apud LOUREIRO, 2009). Da mesma forma, Quintas (2009, p. 49) nos diz que a sustentabilidade é permeada por “[...] um processo de construção coletiva de um *outro mundo* que seja socialmente justo, democrático e ambientalmente seguro. Não um mundo *aperfeiçoado*, mas um mundo *reinventado*” (grifos do autor).

Essa abordagem de sustentabilidade está na mesma linha de pensamento de Leff (2010), referente ao vínculo cultura-natureza, a qual se articula com os objetivos da Resex, de

“proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1). Este vínculo toma diversas feições, na medida em que o território brasileiro comporta diferentes biomas, entre eles: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zona Costeiro-Marinha, onde vivem diversas populações tradicionais.

A satisfação das necessidades humanas e a qualidade de vida e do meio ambiente mostram-se interdependentes, na proposta da Resex, e o desenvolvimento econômico por si só não se sustenta e não dá mais conta da complexidade das questões sociais, que tem como epicentro os conflitos em torno das diferentes percepções de atores sociais em relação à natureza. Neste sentido, a Resex, como política pública ambiental, constitui uma estratégia diferenciada de desenvolvimento, que abrange novas relações entre sociedade e Estado, pautadas pela noção de sustentabilidade, como considera Paula (2001, p. 150). Diz o autor:

As estratégias de promoção do desenvolvimento local trabalham com a construção de um novo padrão de relacionamento entre Estado, Mercado e Sociedade. Seu horizonte utópico é a universalização da cidadania, no sentido da ampliação dos direitos e oportunidades para todos; a radicalização da democracia, no sentido da ampliação dos níveis de empoderamento; a *conquista da sustentabilidade*, no sentido da construção de novas formas de produção e consumo ambientalmente equilibradas (grifo nosso).

Nesse desenvolvimento, que abrange nova forma de integração entre homem e natureza, mediada pelo Estado, que interfere na cidadania, na democracia e na sustentabilidade; a dimensão local se impõe à questão ambiental, ao considerarmos o que Giddens (1990 apud HALL, 2006, p.72) chama de “separação entre espaço e lugar. O lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado. Os lugares permanecem fixos; é neles que temos raízes.”

É na dimensão local onde ocorrem as relações da cultura com o meio natural, portanto, o lugar surge como elemento de grande significância e incide nas modificações da relação entre a dimensão cultural e a dimensão ambiental. Assim, a sustentabilidade se impõe como paradigma ao desenvolvimento, ou seja, como “[...] ampliação das oportunidades reais dos seres humanos, o desenvolvimento de suas potencialidades” (KLIKSBURG, 2008, p. 42).

A noção de sustentabilidade é inerente, portanto, ao conceito de desenvolvimento local, e se constitui aspecto essencial para que as comunidades tradicionais pleiteiem a criação de uma Resex, uma vez que o Artigo 4º da Instrução Normativa (IN) Nº 03, de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, que dispõe acerca da criação das Resex, determina: “A

solicitação para a criação de Resex ou RDS deve ser encaminhada formalmente ao Instituto Chico Mendes por população tradicional ou sua representação.” Em seu Parágrafo Único, temos: “A solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada” (BRASIL, ICMBIO. IN 03 2007, p. 2).

No âmbito das Reservas Extrativistas, a biodiversidade e a sociodiversidade dos territórios protegidos constituem grandes desafios à gestão ambiental, que exigem constantes estudos que subsidiem a administração pública. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) propõe uma série de procedimentos, tanto para a constituição do Conselho Deliberativo, como para a elaboração do Plano de Manejo, que considera tanto os conhecimentos técnico-científicos, como os tradicionais. O ICMBio propõe, também, um roteiro metodológico que se estende desde a criação até a gestão de unidades de conservação:

As particularidades dos processos de gestão destas categorias demandam o estabelecimento de procedimentos que garantam a participação qualificada da população local e o uso de metodologias que permitam gerar uma integração dos conhecimentos tradicionais com os técnico-científicos (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).¹⁰

Essa metodologia possibilita a análise das populações tradicionais e seus modos de vida, principalmente nas formas de relação que essas populações têm com o meio natural, e como essa integração à natureza, passada tradicionalmente de geração a geração, contribui para a conservação dos recursos naturais. Castells (1999 apud BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 32), ao pontuar que “a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço geográfico, e contrário à devastação do meio natural em nível local,” articula as relações das populações tradicionais com o meio natural como elemento central na construção do desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade. Neste sentido, Paula (2001, p. 144) diz:

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

¹⁰ Informação fornecida durante a oficina sobre elaboração de plano de manejo participativo de reservas extrativistas, referente ao Projeto Gestão de Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira, em 2009.

As populações tradicionais, como protagonistas do processo de gestão de seus territórios, para o desenvolvimento local, devem ser proativas para fazer prevalecer suas relações interpessoais e suas experiências com o meio natural, no sentido de conquistarem a sustentabilidade. Neste pensamento, Ramalho (2012b, p. 295), no seu trabalho “Arte Pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo,” ao analisar a pesca artesanal, confirma as atividades dessas comunidades tradicionais extrativistas como intrinsecamente ligadas ao ambiente natural, e conseqüentemente condicionantes à sustentabilidade. Diz ele:

[...] pensar em práticas de gestão pesqueira é vê-las mais bem traduzidas, em larga medida, pelo saber-fazer marítimo contido e transmitido pelos mestres de pescaria, em sua arte, que guardam profundo conhecimento da ecologia local do mar, rios e estuários brasileiros. Qualquer política pública que negue esse potencial e não compreenda essa arte como aliada estará desafirmando usos sustentáveis dos recursos pesqueiros.

Ramalho (2012b), ao observar o saber-fazer dos pescadores artesanais, intrinsecamente ligados ao espaço natural, aponta as Resex como um caminho para se gerir os recursos naturais na perspectiva da sustentabilidade, na medida em que essa política pública ambiental tem como essência o respeito às culturas tradicionais.

Com relação aos diversos discursos ambientalistas, Diegues (2001, p. 139) diferencia correntes de pensamento, e afirma o *ecologismo social* como um dos quais se percebe as populações tradicionais, com seus aspectos econômicos, sociais e culturais, como parte integrante do ambiente natural. Diz ele:

O ecologismo preservacionista tende a separar os aspectos sociais e ambientais, baseando sua estratégia na criação de parques sem gente, no controle demográfico, etc., o ecologismo social afirma as interligações entre o meio ambiente e os problemas sociais, propondo estratégias de envolvimento das comunidades locais rurais e urbanas na solução dos problemas socioambientais.

Na significação de proteção à natureza, diferentemente da postura preservacionista, passou-se a observar a possibilidade de conciliação entre a proteção da natureza e o aproveitamento econômico e sociocultural das áreas protegidas, em decorrência de outros conceitos de sustentabilidade.

No âmbito do discurso ambiental que interliga homem e natureza, Oliveira (2001) pontua que a cidadania extrapola o bem-estar e a qualidade de vida, e abrange os direitos

civis, políticos e sociais, além dos direitos de terceira geração, chamados de direitos difusos.¹¹ Os direitos difusos, como dimensão da cidadania, constituem um elo entre o local e o global, na medida em que o ambiente natural não tem barreiras nem fragmentações, é uno, inteiro. Abrange, portanto, todo o planeta.

No mesmo sentido desse discurso ambiental, Loureiro (2011, p. 80), acerca dos direitos difusos, pontua: “envolvem complexos conjuntos de direitos e responsabilidades sociais, não mais limitadas aos padrões tradicionalmente associados ao Estado-Nação, mas, sim, pensadas, produzidas e reproduzidas em sentido global.”

Por outro lado, considerando a grande variedade de discursos ambientais, é de se levar em conta a pontuação de Barbanti (s/d) que tipifica posturas diversas no contexto do desenvolvimento sustentável. O autor identifica tanto posturas individuais que visam muito mais uma adaptação ao sistema econômico vigente, como posturas que visam o interesse comum, portanto mais próximas à noção de sustentabilidade. Diz ele:

Existem, pois duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que é economicamente racional e eficiente aderir a ele, e a segunda de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade, pois a ausência de sustentabilidade coloca em risco a reprodução da vida humana. Isto implica que as relações socioeconômicas não sustentáveis podem existir com base na defesa do interesse particular e imediato, mas não por muito tempo. Uma mudança em direção a práticas sustentáveis, com uma visão de interesse comum, difuso, e de atendimento às necessidades futuras, seria inevitável (informação da internet).

Na mesma linha crítica a alguns discursos ambientais, Leff (2010, p. 29) pontua que “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura. A transição para a sustentabilidade implica a paulatina desconstrução da economia antiecológica e entropizante predominante [...]” Leff critica o desenvolvimento sustentável na lógica da mercantilização da natureza, em que não é considerada a entropia, lei-limite da natureza.

Nessa perspectiva de sustentabilidade, é essencial falarmos acerca dos “processos coletivos de apropriação simbólica do significado da questão ambiental para a sociedade” (LOUREIRO, 2011, p. 96), que, de acordo com Loureiro, transcende a problemática ambiental e a questão técnica para solucionar tais problemas.

¹¹ Direitos difusos, aqui compreendidos de acordo com o Art.225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2003, p. 214).

Corroborando com esse pensamento, Castro (2011, p. 109), acerca da educação ambiental, diz que ela não pode se limitar ao conteúdo escolar, mas se estende a uma percepção de uma “complexa rede de fatores políticos, econômicos, culturais e científicos.” Acrescente-se a isso a questão da percepção ambiental, aqui considerada como um autorreconhecimento dos pescadores da Colônia Z-7 como futuros legisladores do território em que habitam, considerando a formalização da Resex, que terão grandes desafios, primeiro devido à significativa quantidade de atribuições do Conselho Deliberativo, e segundo devido à sua complexidade, como mencionado anteriormente. Ou seja, a compreensão desses pescadores de que os seus próprios modos de vida tradicionais condicionam o uso sustentável dos recursos naturais, e que devem ser respeitados conforme os preceitos da Resex.

Todo o processo de criação de Resex, desde sua solicitação até sua gestão, regulamentado por leis, decretos e instruções normativas, constitui, em si mesmo, uma política pública que mobiliza os pescadores a participar do processo. A Resex em si caracteriza-se como propiciadora do capital social. Nesta linha de pensamento, Paula (2001, p. 144) diz:

As estratégias de planejamento e gestão compartilhadas, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitando a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, para análise do capital social, definimos as categorias: *confiança*, *cooperação* e *grupos e redes*. Estas categorias nos auxiliam na prospecção de uma dimensão conflituosa, com diversas abordagens teóricas do capital social, na perspectiva do Desenvolvimento Local com sustentabilidade ambiental, ou seja, como caminho para um “novo paradigma produtivo fundamentado nas sinergias entre os potenciais ecológicos, a produtividade tecnológica e a criatividade cultural” (LEFF, 2010, p. 49).

Com o objetivo de contextualizar as diversas abordagens do capital social à realidade local do Município de Rio Formoso, faremos, a seguir, um breve histórico dos pescadores artesanais dessa localidade.

CAPÍTULO II

3. O Município de Rio Formoso e a Colônia de Pescadores Z-7 na criação da Reserva Extrativista

Rio Formoso possui uma população de 22.151 habitantes, distribuídos numa área de 227 km². O município possui uma população de jovens de 15 a 29 anos de 3.090 pessoas, cerca de 14% do total de habitantes da cidade (IBGE, 2010a). Segundo o IBGE (2009), um total de 13.373 pessoas da população rio-formosense reside nas áreas urbanas, enquanto 8.778 de moradores vivem na zona rural do município. Há em Rio Formoso 52 unidades educacionais, sendo 22 pré-escolas, 27 escolas do Ensino Fundamental e 3 de Ensino Médio (MEC, 2009). Há também 10 unidades de saúde municipais e nenhuma estadual ou federal. (IBGE, 2010b).

O estuário do Município de Rio Formoso é composto, principalmente, pelo rio homônimo, o Rio Ariquindá, e afluentes: União, Porto do Tijolo e Porto Alegre; e o Rio dos Passos e afluentes: Porto das Pedras e Lemenho. Enfrenta problemas ambientais, como: instalação de infraestrutura hoteleira e de lazer, expansão urbana, que estão associadas à abertura de novas vias e em consequência, destruindo ainda mais a Mata Atlântica (SANTOS M., 2002, p. 1).

O estuário de Rio Formoso foi ocupado por povos indígenas tupis que moravam nas margens do rio e tinham como atividades principais a agricultura e a pesca. A região destacava-se pela exuberante e rica floresta, passando por muitas transformações ao longo do tempo, em que se destacam grandes batalhas, a exemplo da Batalha do Reduto, no século XVII, a Guerra dos Mascates, no século XVIII, e a campanha contra a abolição dos escravos, no século XIX. Atualmente, o complexo estuário de Rio Formoso ainda se caracteriza por sua beleza natural. Juntamente com o patrimônio histórico, compõe os atrativos turísticos, onde se podem observar antigos engenhos de cana-de-açúcar, dos quais o mais visitado é o Engenho Pedra de Amolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO, 2011).

Dentre os patrimônios naturais do Município de Rio Formoso, destaca-se o estuário com seus resquícios de Mata Atlântica e Florestas de Manguezal, constituindo o Parque Ecológico do Município de Rio Formoso. Dentre os patrimônios histórico-culturais, estão: a Igreja de São José, construída no século XVII, considerada a principal igreja da cidade; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em meados do século XVII; as

romarias populares que se realizam nas proximidades das igrejas; e as ruínas do Forte de Rio Formoso. Situado entre os povoados de Barra do Rio Formoso e Pedra, atacado pelos holandeses em 1633 (PREFEITURA DE RIO FORMOSO, 2011).

A Zona da Mata de Pernambuco, região onde se encontra o Município de Rio Formoso, foi expropriada, dos índios nativos, primeiro pelo sistema de Capitânicas Hereditárias, e em seguida pela doação de Sesmarias. O sistema de Sesmarias consistia na divisão de terras em parcelas menores do que as parcelas das Capitânicas, a fim de que condicionassem a administração por parte dos donatários. Como a terra não tinha metais preciosos e esse sistema deveria produzir rendas à Coroa, deu-se prioridade à produção do açúcar. Em 24 de setembro de 1534, o donatário de Pernambuco recebeu autorização do rei D. João III para distribuir terras através do sistema sesmarial (FERRAZ, 2008, p. 63).

Com a distribuição das sesmarias, esta faixa litorânea foi pouco a pouco desmatada e, como esta não é muito extensa, no sentido oeste, o clima também se modificou. Com o tempo e com esta prática constante de desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar, o clima foi se tornando em algumas regiões um pouco agreste.

Segundo Ferraz (2008, p. 69), o sistema de distribuição de terras era um bom negócio na época, na medida em que o açúcar gerava bons lucros, e dessa maneira os engenhos se multiplicavam ao longo da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Além do que, lucrava-se muito com a extração do Pau-Brasil. O Município de Rio Formoso provém das terras do Engenho Rio Formoso, de cana-de-açúcar, onde se formou um povoado que passou a ser atendido por Freguesia do Una, o qual era subordinado ao Cabo de Santo Agostinho. A autonomia de Rio Formoso da Vila Sirinhaém deu-se, em momento posterior, em 7 de novembro de 1789. “Estes e outros fatos demonstram como o surgimento dos povoados e vilas, nessa região, esteve ligado às atividades particulares dos senhores de engenho do açúcar.”

De acordo com Silva (2001 apud RAMALHO, 2008, p. 267), no Brasil, no período de 1500 a 1600, a pesca era realizada por homens brancos pobres livres e indígenas, fato que se modificou a partir do século XVII, no Nordeste, devido ao mercado de escravos originados de regiões africanas e ao extermínio dos povos indígenas. “[...] Assim, em inícios do século XVII, o mundo da pesca nordestina – em profunda correlação com o universo dos engenhos e lavouras de cana – começou a mudar radicalmente quanto à composição de sua mão de obra.”

O autor alude que o negro antes de se tornar escravo já realizava pesca em sua terra de origem, e que os portugueses pobres também tinham experiência na pesca, contribuindo, assim, para uma sinergia de vivências na atividade da pesca. Essa riqueza de experiências

contribuiu para a evolução das técnicas de navegação e pesca no Nordeste, como diz Cascudo (2002 apud RAMALHO, 2008, p. 270):

A jangada histórica, sem leme de governo, sem vela e sem bolina, sem poita e tauaçu, sem banco e espeques, sem toletes e calçadores, era dirigida por um simples remo de uma só folha, olhando a praia, com o indígena sentado, pernas estendidas e linha da mão. Já cento e cinquenta anos depois é uma embarcação dirigida, afastando-se da costa, rumando mar largo, ampla, veloz, útil para vários misteres.

A transformação das técnicas de navegação e pesca no litoral nordestino, dessa forma, expressava a força intrínseca da atividade, originada a partir da influência de tradições diversas nas atividades no mar. No seu estudo sobre a formação histórica da pesca artesanal, Ramalho (2008), dentre algumas conclusões, indica que o trabalho da pesca tornou-se um espaço de resistência, primeiramente no contexto opressivo de uma sociedade escravocrata, e seguidamente atravessando séculos em sociedades excludentes.

Por outro lado, há que se considerar outras estruturas sociais, que também influenciaram os pescadores artesanais, no Brasil, como pontua Callou (2007, p. 86-87), em seu estudo acerca da Extensão Rural/Pesqueira no Brasil. Para este autor, os movimentos sociais dos pescadores da costa brasileira foram influenciados negativamente pela Marinha do Brasil, através da imposição de uma “filosofia de vida” estranha às comunidades pesqueiras. Assim ele se refere ao abordar a Missão do Cruzador “José Bonifácio,” realizada pela marinha de 1919-1924:

Dessa forma concebida pelos oficiais da Armada, a Missão do Cruzador “José Bonifácio” se caracterizaria, a meu ver, como uma atividade extensionista. Portanto, de significado pioneiro no Brasil: uma ação de educação formal, de saneamento da costa, de organização das atividades da pesca e de “educação militar” para o desenvolvimento, progresso e modernidade da pesca e dos pescadores. Apesar dos resultados pretendidos e/ou alcançados pelos oficiais da Armada, o pioneirismo extensionista repercutiu negativamente, do ponto de vista sociopolítico, sobre a vida das comunidades pesqueiras do litoral. As colônias de pescadores, um dos resultados da Campanha, ficaram sob a ingerência da Marinha, décadas a fio, o que levou a inibir os movimentos sociais dos pescadores ao longo do século XX.

Devido à forma como se deu início ao processo de criação das Colônias de Pescadores, no Brasil, onde a Marinha de Guerra ditou todas as regras do processo, desde a educação formal até a modernização da pesca, passando pelo saneamento da costa e organização das atividades da pesca, os pescadores nunca tiveram direito a voz,

simplesmente eram passivos às determinações que vinham de fora da realidade em que viviam.

Em outras palavras, todo o saber-fazer tradicional dos pescadores artesanais foi desconsiderado pela estrutura da Marinha, que impedia qualquer processo de mobilização baseado nessas relações tradicionais, que comportam laços de confiança, solidariedade e cooperação. A Marinha foi a responsável pela criação das colônias de pesca em todo o litoral do Brasil, que passou a ser a única forma de associação dos pescadores, e dessa forma a filosofia militar fragilizou a capacidade de surgimento de movimentos sociais dos pescadores artesanais (CALLOU, 2007).

Callou (1994, 2007), ao nos falar acerca do processo de fragilização dos movimentos sociais dos pescadores artesanais pela forma como se deu a formação das Colônias de Pescadores, apresenta um contraponto à análise de Ramalho (2012b) referente à formação do capital social.

No que concerne ao controle administrativo das colônias de pescadores pela Marinha, Ramalho (2012a) segue a pista de Callou (1994), e pontua que a colônia de pescadores foi antes um obstáculo do que um condicionante para a participação popular. O autor também alude o surgimento da figura do capataz vinculado à Capitania dos Portos, que cobrava taxa aos pescadores, referente às suas embarcações, e exigia a obrigatoriedade para se associarem.

Segundo Ramalho (2012a, p. 7-8), em 1933, a Marinha compartilhou a gestão dos pescadores com o Ministério da Agricultura, ficando esta Pasta responsável pelo fomento do setor. A Marinha continuaria com o cadastramento dos pescadores e dos seus barcos. As colônias de pescadores, dessa forma, sempre foram usadas como instrumento de controle social para implementação de forma consensual de políticas públicas.

Em 1962, no âmbito do Ministério da Agricultura, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), que focou a formação de uma classe social empresarial na pesca (RAMALHO, 2012a, p. 9). Os pescadores artesanais, por meio das colônias, seriam agora manipulados para os interesses dos empresários da pesca. Tal fato é observável ao analisarmos o Decreto N° 221 de 1967, também conhecido como Código da Pesca, que na maioria dos seus artigos estimulava a indústria pesqueira empresarial (BRASIL, DECRETO 221, 1967).

Segundo Ramalho (2012a), essa visão desenvolvimentista foi bastante prejudicial à pesca artesanal, que ficou excluída das políticas públicas; como também à sua própria sustentabilidade, pois os recursos pesqueiros passaram a ser explorados em escala industrial como se fossem infinitos, acarretando excesso de esforço de pesca em diversos estoques

pesqueiros, e conseqüentemente extinção de várias espécies, do ponto de vista comercial. Muitos dos beneficiados dessa política desenvolvimentista eram empresários oportunistas sem compromisso com o setor pesqueiro e muito menos com as questões ambientais, nas palavras de Ramalho (2012a, p. 10), um “grupo extremamente beneficiado pelo dinheiro público e profundamente parasitário do poder Estatal.”

Essa relação entre as Colônias de Pescadores e a Sudepe manteve a estrutura de imposição que a Marinha do Brasil exercia sobre as comunidades de pescadores artesanais, através, agora, das Federações Estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores, como diz Ramalho (2012a, p. 10):

Em 1973, aquele Ministério, através da Portaria 471, estabeleceu que as Colônias fossem associações civis, definindo o tipo de organização e mantendo a hierarquização e a falta de autonomia dessas entidades frente às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores, que estavam subordinadas, respectivamente, à Sudepe e, com isso, ao Ministério da Agricultura. Em resumo, ao poder público. Ademais, a figura do capataz continuava intacta [...], porque, no geral, a inserção da Marinha sobre a vida dos pescadores manteve-se, sendo dividida, agora, com a Sudepe. Prova disso apresentou-se na indicação do primeiro superintendente deste órgão, que foi o almirante Paulo Moreira.

Dessa forma, a Sudepe, agindo de maneira paternalista e autoritária com os pescadores artesanais, mantendo a hierarquização do Estado e a permanência da figura do capataz, apenas agravou o processo de exclusão e injustiça social a que estavam submetidos, como também contribuiu para desequilíbrios ambientais. Após o fim da Sudepe, a imagem que ficou foi que esta instituição “ocupou papel decisivo e incisivo na construção de indicadores insustentáveis” (RAMALHO, 2012a, p. 13).

Com uma análise semelhante, Azevedo e Pierre (2013, p. 35) pontuam que essa visão desenvolvimentista por parte da Sudepe desconsiderou a atividade pesqueira artesanal, e priorizou a pesca industrial, que por sua vez ocasionou o declínio de vários recursos pesqueiros, a exemplo da sardinha (*Sardinella brasiliensis*). Essa “gestão pesqueira,” permeada por corrupção, levou à extinção da Sudepe. De acordo com os autores, após a extinção da Sudepe e a alocação da política pesqueira no Ibama, criado em 1992, órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, é como se a “gestão pesqueira” tivesse ido dormir desenvolvimentista e tivesse acordado conservacionista. Como segue:

Nesse período, que vai até 1998, essa alocação da política pesqueira no órgão ambiental federal, somada à adoção geral de medidas neoliberais que inibiram certos investimentos públicos, conduziu o foco para políticas conservacionistas. Assim, se

cortou qualquer incentivo para o desenvolvimento da atividade, considerando toda a pesca depredadora, e se criaram diversos instrumentos de gestão pesqueira, visando limitar o esforço de pesca e proteger certas espécies.

Assim, a partir daquele momento, a gestão pesqueira se limitou a medidas de conservação e proteção dos recursos pesqueiros, ficando os modos de vida e a diversidade dos conhecimentos tradicionais esquecidos pelo Estado. Esta postura conservacionista em relação à pesca artesanal, por parte do Estado, é interrompida, segundo Azevedo e Pierre (2013, p. 37), por uma perspectiva neodesenvolvimentista, a partir da criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), que foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, em meio a diversos conflitos institucionais. Neste ínterim, foi criada a Lei Nº 11.959, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Dessa maneira, se configura outro desenho para a gestão pesqueira:

[...] depois de anos de tensão e conflitos, a nova lei de pesca impôs o MPA como o órgão coordenador do processo de gestão e ordenamento da pesca, e os órgãos ambientais foram mantidos apenas como colaboradores no então criado Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, que também prevê a participação de cientistas e usuários dos recursos.

No âmbito dessa política, o MPA passa a coordenar a gestão pesqueira com modelos que preveem a participação dos representantes dos usuários nos recursos pesqueiros. Segundo a análise de Azevedo e Pierre (2013, p. 38), o MPA foca o aumento da produção por meio da modernização do setor na captura, no beneficiamento e na comercialização, deixando em segundo plano a “ampliação dos direitos sociais e da renda do pescador artesanal,” ficando, dessa maneira, a participação dos pescadores artesanais na gestão dos recursos pesqueiros apenas para validação de ações que vêm de cima para baixo.

De acordo com as pontuações de Azevedo e Pierre (2013), programas do MPA, como o Profrota e o Programa de Subvenção ao Óleo Diesel, atenderam apenas ao setor industrial da pesca, mesmo assim sem sucesso. Com relação à aquicultura, o MPA vem promovendo a privatização das águas públicas, afetando diretamente a questão da territorialidade dos pescadores artesanais, e promovendo a extinção da atividade pesqueira artesanal.

Numa perspectiva de mudança na participação do setor artesanal da pesca na gestão pesqueira, Callou (2007) alerta para a importância que pode ter a Extensão Rural/Pesqueira, entendida a partir da comunicação dialógica baseada nas ideias de Freire (1977, p. 25),

quando este assim refere: “[...] tarefa daqueles que sabem que pouco sabem, em diálogo com aqueles que quase sempre pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam saber mais.”

O pensamento de Paulo Freire surgiu na mesma época da Teologia da Libertação, no fim da década de 1960. A Teologia da Libertação influenciou a criação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em 1969, cujo trabalho com os pescadores artesanais modificou o contexto sociopolítico da pesca artesanal, na medida em que interfere no modo de atuação dos pescadores diante dos dirigentes das Colônias, na perspectiva de uma participação mais efetiva. Sobre esse aspecto, assim se refere Ramalho (2012a, p. 13):

O trabalho da Pastoral dos Pescadores, de fato, impulsionou e redefiniu a vida política dos pescadores e pescadeiras, pois estes passaram a pressionar e a exigir modificações na forma de atuação das Colônias e um maior comprometimento de seus dirigentes. Nos fins do ano de 1970 e primeira metade dos anos de 1980, várias colônias de pescadores de alguns estados do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas e Maranhão, começaram a ser dirigidas pelos próprios pescadores, que tinham o apoio do CPP.

O trabalho do CPP contribuiu para a mudança nos quadros das diretorias das Colônias, e propiciou que os pescadores artesanais comesçassem a participar efetivamente da entidade, assumindo cargos que em momento anterior eram ocupados apenas por pessoas alheias às comunidades pesqueiras. A luta pela autonomia da gestão das colônias foi subsidiada pela formação de novas lideranças, para que estas fossem representativas da classe de pescadores.

No âmbito de várias lutas do CPP junto aos pescadores de Pernambuco, destacou-se a questão ambiental, que, de acordo com Callou (1986 apud RAMALHO, 2012a, p. 15), “teve um maior poder de mobilização do que os demais apoiados pela Igreja, uma vez que a poluição interveio na atividade econômica dos pescadores de forma objetiva, visível e desastrosa.” A Teologia da Libertação, além de conter uma vertente voltada para o combate da pobreza e da miséria, também tinha como meta combater os desequilíbrios ambientais do planeta. Segundo Boff (2004, p. 147), a ecologia passou ser compreendida em três dimensões: a ambiental, a social e a mental. “A partir da ecologia se começou a fazer uma vigorosa crítica social. Subjacente ao tipo de sociedade hoje dominante está em vigor um arrogante antropocentrismo” (BOFF, 2004, p. 148).

Diante do exposto, a mobilização dos pescadores para a criação da Resex de Rio Formoso constitui uma nova forma de resistência aos processos históricos de exclusão e injustiça social a que foram submetidos esses pescadores, na medida em que o Município de

Rio Formoso, localizado próximo ao Porto de Suape, local de expansão de grandes indústrias, considerado, no Brasil, como um polo de desenvolvimento de Pernambuco, sofre consequências por esse modelo de desenvolvimento, que foca apenas o crescimento econômico, não considerando os conflitos sociais que emergem de questões ambientais, prejudicando as populações tradicionais, a exemplo dos pescadores artesanais, como pontuado por Quinamo (2010) na introdução da presente pesquisa.

Callou (2007) e Ramalho (2012a), ao avaliar a problemática da pesca artesanal a partir de diferentes perspectivas, contribuem para a análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex, conforme pontuado no próximo capítulo.

De acordo com a trajetória histórica de Rio Formoso, desde o período colonial até os dias de hoje, aqui sintetizada, a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas surgiu como contraponto aos processos de exclusão dos pescadores artesanais à gestão de seus territórios. Processos estes que têm sua origem, em última instância, nas políticas verticais de desenvolvimento implantadas historicamente no Brasil.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POMEEX/UFPE 2013

CAPÍTULO III

4. Capital Social da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex em Rio Formoso

O fato de os pescadores artesanais da Colônia Z-7 constituírem uma população tradicional, que busca a criação da Resex de Rio Formoso, possibilita a análise do capital social na dimensão das relações sociais no âmbito da atividade pesqueira local.

Dessa maneira, Putnam (2001), Reis (2003), Santos V. (2007) e Sennett (2012), ao abordar dinâmicas sociais que tangem a formação do capital social, condicionam as relações de confiança e cooperação como categorias importantes de análise desse capital.

Considerando, ainda, o papel dos grupos e redes sociais no processo de mobilização dos pescadores da Colônia Z-7 para demandarem a criação da Resex em Rio Formoso, que exige a criação de um Conselho Deliberativo, portanto campo de disputas de poder, é fundamental, também, no presente trabalho, utilizar como instrumento de análise as relações sociais desses pescadores no âmbito dos grupos e redes sociais, como sugerem as abordagens de Bourdieu (1998), Franco (2001b), Coleman (2001) e Lundasen (2002), ao tratarem do capital social, como já observado no Capítulo 1.

Como todo o processo de criação de uma Resex se constitui a partir de uma política pública ambiental do Governo federal, a análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 na criação da Resex de Rio Formoso exige uma abordagem neoinstitucional, que considera o papel do Estado como fator significativo no fortalecimento ou no enfraquecimento do capital social (FREITAS, 2008), como se discutiu no Capítulo 1.

Para análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, este capítulo está dividido em três partes: a primeira intitulada *A confiança no processo de construção do Capital Social dos pescadores da Colônia Z-7*; a segunda intitulada *A cooperação como desdobramento da confiança dos pescadores da Colônia Z-7*; e a terceira com o título *Grupos e redes, a dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7*.

4.1 A confiança no processo de construção do Capital Social dos pescadores da Colônia Z-7

As relações de confiança como aspectos importantes do capital social na dimensão das relações tradicionais se apresentam entre os pescadores da Colônia Z-7 de forma incipiente no que diz respeito às pessoas do bairro em que residem, no Município de Rio Formoso. A maioria dos pescadores entrevistados disse que “nunca é demais ter cuidado” com as pessoas em seu bairro. Também relataram que no bairro em que moram, apenas uma minoria das pessoas está disposta a ajudar em caso de alguma necessidade.

A falta de confiança na comunidade é um fator negativo na formação do capital social, pois como se refere Putnam (2001, p. 93), “Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza [...]”. Este aspecto constitui um fator negativo, na medida em que a criação de uma Resex exige a instituição de um Conselho Deliberativo, no qual a comunidade terá que protagonizar a gestão de seu território.

A confiança interpessoal desenvolvida pelos pescadores da Colônia Z-7, no âmbito da atividade pesqueira, apresenta-se menos incipiente em relação ao grau de confiança na comunidade. O processo de aprendizagem, desde a confecção das artes de pesca até a comercialização do pescado, se mostrou um fator importante nas relações de confiança. Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser perguntados “Com quem aprendeu a pescar?,” relataram que os pais e os familiares são as pessoas responsáveis pelos ensinamentos passados acerca das atividades da pesca.

Esse processo denota um grau de confiança interpessoal construído entre pessoas da família, principalmente os pais dos pescadores. Infere-se, neste sentido, que essas relações de confiança no processo de aprendizagem das atividades pesqueiras, como dimensão do capital social, são importantes na criação da Resex de Rio Formoso. A isso, Storper apud Santos V. (2007) denomina de *bonding*, ou seja, relações interpessoais com pessoas mais próximas, entre elas, pais, filhos, amigos e colegas de trabalho, como dimensão cultural do capital social.

Os conhecimentos da faina pesqueira, passados de geração a geração, se desdobram em diversos aspectos, igualmente importantes para a criação de uma Resex que envolve a pesca artesanal, como é o caso da compreensão dos pescadores da dinâmica do ecossistema marinho-estuarino e as interpretações do ambiente natural. A atividade da pesca artesanal, que é própria das populações tradicionais, consiste numa dimensão do capital social em que as

formas do saber-fazer marítimo e sua transmissão pelos familiares e amigos denotam uma confiança interpessoal intrínseca à atividade. Ramalho (2012b, p. 268-269), em seu estudo “A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo,” ao falar das relações de aprendizagem, dos pescadores artesanais, reafirma esse pensamento. Diz ele:

Sem dúvida, na pesca artesanal, os laços de família e a prática da mestrança amparam, alimentam e se projetam, umbilicalmente, nos usos do ambiente aquático. [...] A cooperação de saberes e de fazeres não é só necessária, é a própria razão de ser da pesca artesanal [...]. Todos os pescadores, devido à socialização entre eles desse saber-fazer, sentem-se e se auto-intitulam, [...] de artistas do mar, porque pescar, de alguma maneira, já é arte, não no mesmo nível do mestre.

Esse processo de aprendizagem, portanto, dialoga com a noção de sustentabilidade, como aponta Leff (2010, p. 29), já citado no Capítulo 1. Diz ele: “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura. Esse processo de aprendizagem, articulado à noção de sustentabilidade ambiental, parece evidente entre os pescadores da Colônia Z-7 quando questionados sobre os aspectos que prejudicam a faina de pesca em Rio Formoso. São diversos os aspectos apontados, dentre eles:

A pesca de camboa que prejudica muito, turismo desordenado, nos fins de semana, com as lanchas e motos aquáticas. Também tem grandes desmatamentos e aterros, principalmente os grandes empreendimentos, mas não há fiscalização (entrevistado 1).

Poluição da usina, veneno que colocam para matar o mato, mas mata os peixes. Não tem mais camarão. Suape causa escassez de peixe, [...] há dez anos tinha muito peixe, que vinha do norte, mas o porto de Suape prejudicou. Ainda existe pesca com veneno (entrevistado 2).

Pesca predatória, a malha miúda, veneno dos viveiros e das usinas de cana. O camarão vila franca não tem mais; pescada, curimã também não tem mais (entrevistado 3).

Os barcos de catamarã e as lanchas que ficam no meio do rio, principalmente; no verão, os pescadores não podem dar o lance com suas redes (entrevistado 4).

As estacas de camboa, as lanchas de turismo, principalmente no verão e à noite (entrevistado 5).

A redinha que botam pra pegar caranguejo, a zoada das lanchas, as ondas que as lanchas fazem quase viram nossas canoas (entrevistado 6).

As lanchas que passam rápido, e levantam as ondas, nós temos que nos equilibrar para não virar a canoa (entrevistado 7).

Lixo, muito lixo no mangue (entrevistado 8).

As redes de camboa têm uma malha muito pequena e também tem muito peixe que eles jogam fora (entrevistado 9).

As lanchas quando passam em velocidade e o lixo (entrevistado 10).

Como se pode observar, os pescadores relataram problemas enfrentados pela categoria, entre diversos grupos que se utilizam de artes de pesca diferenciadas, que têm diferentes espécies de pescados como objetivo de captura, e que disputam um mesmo espaço natural. Muitos pescadores que se utilizam de diversas artes de pesca apontam a utilização de *camboa*¹² como prejudicial, devido à captura de espécies juvenis, e da grande quantidade de descarte de peixe não aproveitado pelo comércio local. Registrou-se a indicação da captura de caranguejos com *redinha*,¹³ e a utilização de malha pequena nas redes, como prejudiciais à atividade pesqueira no estuário.

Observaram-se, também, problemas entre diferentes atividades, como os relacionados ao turismo desordenado no estuário de Rio Formoso, que disputa o mesmo espaço natural utilizado pelos pescadores artesanais. Estes relatos emergem a partir de diferentes compreensões e modos de agir acerca do ambiente natural, evidenciando a complexidade da análise do capital social a partir do ponto de vista do uso dos recursos naturais como recursos de livre acesso, contribuindo, assim, para uma visão crítica dos pescadores da Colônia Z-7 ao uso dos recursos naturais da região.

Por outro lado, apesar de os pescadores da Colônia Z-7 apresentarem uma visão crítica aos usos desordenados dos recursos naturais no estuário do Município de Rio Formoso, infere-se que esses problemas contribuem para uma falta de confiança na comunidade, na medida em que citam os próprios pescadores e moradores como responsáveis pelo uso de artes de pesca predatória e pelo lixo jogado no estuário.

Da mesma forma, esses problemas denotam um fator de enfraquecimento na confiança desses pescadores no Estado, na medida em que diversos problemas estão relacionados à ausência de gestão dos usos dos recursos naturais, seja pela ausência de legislação específica, seja pelo não cumprimento das normas existentes, corroborando, dessa forma, com a pontuação de Freitas (2008, p. 96), no sentido de que “[...] a intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social”.

A análise dos resultados que tratam dos problemas enfrentados pelos pescadores da Colônia Z-7, no uso dos recursos naturais, se mostra paradoxal, pois permite visualizar

¹² A *camboa* é um tipo de “armadilha fixa constituída de panagens ou esteiras, que são colocadas nas enseadas dos manguezais nas marés altas, presas em estacas fincadas na lama. Nas preamares, com o vazamento das águas, grande diversidade de pescado fica retida nas redes ou esteiras ou nas suas proximidades” (IBAMA, 2002, p.133).

¹³ Redinha é um tipo de “armadilha produzida com fios de nylon [...]. Esta é armada com auxílio de raízes de mangue (*Rhizophora mangle*), cuja vegetação também é utilizada na marcação das galerias. A redinha é utilizada na captura do caranguejo-uçá” (*Ucides cordatus*) (IBAMA, 2000, p.55).

aspectos positivos e negativos acerca da confiança como elemento do capital social. Nesse sentido de complexidade, é que surge a necessidade de ampliar a abordagem da confiança para uma dimensão que vai além das relações tradicionais desses pescadores, como é a perspectiva neoinstitucionalista do capital social.

Ao considerarmos o conceito de capital social na perspectiva dos neoinstitucionalistas, como discutimos no Capítulo 1, no qual o papel do Estado contribui para o fortalecimento do capital social quando estabelece políticas públicas ambientais, como a Instrução Normativa que dispõe sobre a criação de Resex, e o seu contrário quando não incide sobre as questões, como o ordenamento pesqueiro e a gestão ambiental, têm-se condições de visualizar os diversos aspectos que prejudicam a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso. Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser questionados sobre “Quem é o mais responsável por essa situação?”, ou seja, os responsáveis pelos problemas vivenciados pelos pescadores da Colônia Z-7, referentes à pesca predatória, poluição, desmatamentos, turismo desordenado, etc., responderam que são diversos os responsáveis pelos problemas vivenciados na região, que vão desde os próprios pescadores até os órgãos governamentais, passando pelos empreendedores do turismo. Dizem os pescadores entrevistados:

As pessoas da comunidade, porque aterram o mangue. As pessoas de fora desmatam, e os órgãos ambientais dão licença a essas pessoas. Praia da Pedra foi toda interdita, o proprietário da terra fechou o acesso (entrevistado 1).

O governo, porque não fiscaliza e porque licenciou o Porto de Suape (entrevistado 2).

Os próprios pescadores de camboa e de arrastão. As usinas e os assentamentos (entrevistado 3).

Os donos de bares e os donos das embarcações de turismo (entrevistado 4).

Os pescadores de camboa e os veranistas com suas lanchas (entrevistado 5).

O governo pela falta de fiscalização (entrevistado 6).

As pessoas que vêm de fora (entrevistado 7).

Todos os que jogam lixo no rio (entrevistado 8).

Os próprios pescadores (entrevistado 9).

Os proprietários das lanchas (entrevistado 10).

De acordo com esses relatos dos pescadores entrevistados, são utilizados tipos de pescaria que são considerados pelos próprios pescadores da região como predatórios, e mais além, algumas dessas pescarias são proibidas pela legislação ambiental. Além disso, o uso do estuário de Rio Formoso por outros atores sociais, como os ligados ao turismo, constitui focos

de problemas que têm origem na falta de normas, ou no não cumprimento delas, no ordenamento do uso do estuário.

A partir dessas observações por parte dos pescadores entrevistados, deduz-se que o Estado contribui para o enfraquecimento da confiança comunitária, pela ausência na fiscalização da atividade pesqueira, pelo não cumprimento da legislação ambiental e pela falta de ordenamento do uso do estuário de Rio Formoso por diversas categorias de usuários. Esta ausência do Estado prejudica diretamente a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 na comunidade, na medida em que fica evidente a impunidade em relação aos crimes ambientais, gerando, dessa maneira, um sentimento de desconfiança prejudicial ao desenvolvimento local. Soma-se a isso que, todo o saber tradicional dos pescadores artesanais foi, historicamente, desconsiderado, como vimos no Capítulo 2, pelas políticas públicas no Brasil (CALLOU, 2007; RAMALHO, 2012a), revelando, dessa forma, outras circunstâncias em que o Estado enfraqueceu a formação do capital social dos pescadores artesanais.

Diante desse contexto, a confiança comunitária apresentada pelos pescadores da Colônia Z-7 é constituída por um conjunto de circunstâncias, e este está intimamente ligado ao desempenho do Estado na localidade. Seja como for, os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram confiantes no Governo, pois ao ser questionados a esse respeito, apenas dois pescadores responderam, incisivamente, que não confiavam, como segue:

[...] não sei dizer, confio só em Deus mesmo (entrevistado 4).

[...] não, se não tiver ajuda de alguém mais forte, a gente não pode fazer nada (entrevistado 5).

Os demais pescadores responderam afirmativamente que confiavam no governo, salientando que essa confiança provinha dos benefícios e das políticas públicas de que o Governo dispõe. O Programa Chapéu de Palha, do Governo do Estado de Pernambuco, foi citado por dois pescadores entrevistados, sendo uma das citações a da presidente da Colônia Z-7, que disse:

[...] confio mais ou menos, o Governo fornece benefícios pensando no próprio Governo. Exemplo, o acesso aos benefícios do Programa Chapéu de Palha foi conseguido por interesses de alguns políticos [...] mas tem muitos projetos grandes que não beneficiam os menos favorecidos, como os do Porto de Suape (entrevistado 1).

Para compreender melhor a confiança e a falta dela no Governo pelos pescadores da Colônia Z-7, foram abordados temas específicos, como a saúde pública, a educação, o abastecimento de água e a coleta de lixo. No que tange ao sistema de saúde pública, os pescadores entrevistados apresentaram insatisfação. Apenas três responderam que o posto de saúde estava bom. Os demais alegaram falta de profissionais na área de saúde, falta de medicamentos e dificuldade para marcar uma consulta médica. Um dos pescadores relatou que achava o serviço do posto de saúde ruim e disse:

[...] não tem remédio, qualquer coisa que precisar, como raio-X, tenho que me deslocar para o Recife (entrevistado 4).

Por outro lado, os pescadores se mostraram satisfeitos, de uma maneira geral, com os serviços de educação, e citaram que nos últimos anos o ensino tem melhorado, e que as escolas têm horário integral. Apenas um pescador alegou que o número de escolas é insuficiente para a quantidade de alunos, e isto dificultava a aprendizagem, como disse o entrevistado a seguir:

[...] são muitos alunos para poucas escolas, dificultando a aprendizagem... (entrevistado 1).

O abastecimento de água e o sistema de esgoto foram os serviços mais criticados de todos, de modo que os pescadores denunciaram que a taxa de esgoto paga era 80% da conta de água, além de outros problemas, como nos falaram alguns dos pescadores:

[...] o abastecimento de água é péssimo, dia sim, dia não, tem água, as pessoas se acostumaram (entrevistado 6).

Porém, o esgoto não existe, e todos os dejetos são lançados no rio, de acordo com o relato de um pescador (entrevistado 10).

Com relação aos serviços de abastecimento de água e esgoto, os pescadores disseram, ainda, que a disponibilidade de água não tinha continuidade, e ocorria em dias alternados. Das questões relacionadas à coleta de lixo, os pescadores foram unânimes ao afirmar que as coletas são realizadas todos os dias, mas um dos pescadores disse que:

[...] a população joga muito lixo nas ruas e nos rios (entrevistado 11).

Ainda com o objetivo de compreender a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 no Governo, foi abordada a questão dos impostos, em que a maioria dos pescadores, ao serem perguntados acerca do valor pago desses impostos, referentes aos serviços públicos oferecidos, respondeu que os impostos são altos, porém quatro pescadores responderam indiferentemente à questão, como segue:

[...] eu não pago imposto (entrevistado 5).

[...] acho que pago razoável (entrevistado 6).

[...] o valor do imposto é baixo (entrevistado 7).

[...] pago razoável (entrevistado 8).

Outra questão abordada, para compreensão da confiança dos pescadores da Colônia Z-7 no Estado, foi em relação à dificuldade financeira. Ao serem perguntados se “Geralmente você tem dificuldades para pagar suas contas?” quatro pescadores responderam afirmativamente, seis responderam que às vezes, e dois, que não tinham dificuldade financeira. Ao ser questionados acerca da forma como se sentiam na comunidade, todos os pescadores responderam que, de uma maneira geral, se sentem satisfeitos e felizes com a vida na comunidade.

Outra questão ligada à confiança dos pescadores no Governo foi: “Possui outra forma de fazer renda além da pesca,?” à qual a maioria dos pescadores respondeu afirmativamente, sendo que três falaram que recebiam bolsa-família, dois falaram que eram aposentados, e um que era funcionário público da Prefeitura de Rio Formoso. As respostas dos pescadores da Colônia Z-7 indicam que a confiança institucional não se deve à satisfação com os serviços públicos prestados, mas sim à expectativa de melhoria dos serviços públicos básicos e políticas públicas do Governo.

A confiança dos pescadores em relação ao Governo, analisada a partir das entrevistas, reforça o peso histórico da formação social dos pescadores da Colônia Z-7, na medida em que essa confiança tem como pano de fundo um processo de exclusão e injustiça social, vivenciado pelos pescadores artesanais, de acordo com Ramalho (2012a) e Callou (2007), como foi abordado no Capítulo 2, no sentido do que Reis (2003) denominou de “círculo vicioso autoritário” a partir de uma interpretação ao trabalho de Putnam (1997). Esse tipo de confiança forçada pode ser evidenciado na medida em que a expectativa de melhoria desses serviços, por parte dos pescadores entrevistados, se sobrepõe à insatisfação geral com os serviços públicos.

Considerando a confiança nas dimensões interpessoal, comunitária e institucional, observaram-se as circunstâncias que interferem no capital social dos pescadores da Colônia Z-7 como um processo dinâmico, que ora fortalece, ora enfraquece esse capital. Neste contexto, a cultura tradicional dos pescadores artesanais, pelos processos de aprendizagem, passados de geração a geração, constitui fator de fortalecimento da confiança interpessoal, mas, ao mesmo tempo, essa confiança se mostrou restrita aos familiares e amigos, não se estendendo à comunidade em geral. Em outra dimensão, o Estado, pela sua ausência no ordenamento do uso dos recursos naturais e pela ausência na fiscalização ambiental, acaba por fragilizar a confiança comunitária dos pescadores da Colônia Z-7. Acrescenta-se a isso, que todo o processo histórico de exclusão e injustiça social interfere negativamente na confiança institucional dos pescadores da Colônia Z-7, como observamos no Capítulo 2, considerando particularmente os movimentos sociais dos pescadores que foram, historicamente, reprimidos pela atuação da Marinha de Guerra nas comunidades pescadoras (CALLOU, 2007).

Ao considerarmos, portanto, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 como elemento fundamental do capital social no processo de criação da Resex, é imprescindível pensar acerca da complexidade na qual a atividade pesqueira está inserida.

De um modo geral, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou incipiente para a participação desses pescadores como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex, na medida em que a maior expressão dessa confiança se deu na dimensão cultural das relações interpessoais, limitadas às pessoas mais próximas. Esta complexidade na análise da confiança dos pescadores da Colônia Z-7 nos leva a considerar como está sendo constituída a cooperação entre esses pescadores, uma vez que “Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM 1996 apud PAULA, 2001, p. 142).

4.2 A cooperação como desdobramento da confiança dos pescadores da Colônia Z-7

A *cooperação* dos pescadores da Colônia Z-7 como categoria de análise do capital social apresentou indícios de concentração desse capital na comunidade, na medida em que esses pescadores se mostraram propícios a agir de forma cooperativa com as pessoas do bairro da comunidade em que vivem em Rio Formoso. Ao serem questionados “Em sua opinião, a cooperação entre as pessoas pode ajudar a resolver os problemas da comunidade?,” os pescadores responderam afirmativamente que a cooperação contribui de forma positiva para a

comunidade, salientando o diálogo e a ajuda entre as pessoas como importantes na vida comunitária. Eis alguns relatos:

Sim, conversando para ajudar muita gente (entrevistado 3).

Sim, na união é que se faz a força (entrevistado 5).

Sim, a pessoa que tem algo tem que ajudar (entrevistado 6).

Sim, conversando com os outros cada um pode ajudar (entrevistado 8).

Sim, através da conversa, do esclarecimento (entrevistado 9).

Sim, limpeza do manguezal, o manguezal é muito sujo (entrevistado 10).

Pode, buscando o mesmo objetivo fica fácil conseguir as coisas (entrevistado 11).

Para aprofundar a compreensão dessa opinião dos pescadores em relação ao diálogo e à ajuda entre as pessoas na comunidade, os pescadores foram questionados “Nos últimos anos, tentou resolver algum problema da sua comunidade junto com outras pessoas?”. Neste sentido, três pescadores responderam que não se mobilizaram para resolver problemas comuns; e nove pescadores responderam que tinham se mobilizado coletivamente para reivindicação de duas bacias de sedimentação à Compesa, por meio do Ministério Público. E um entrevistado citou a cooperação para conseguir acesso a uma política pública. Como seguem, alguns relatos:

Saneamento básico no município, todos se juntaram no MP para reivindicar mais duas bacias de sedimentação (protesto) (entrevistado 1).

Tivemos problema com a Compesa, a cidade estava sem esgoto, então fomos para as ruas fazer um protesto e fomos atendidos, e a Compesa fez outra bacia de sedimentação (entrevistado 2).

Há dois anos tinha um problema com a Compesa, fizemos um mutirão de 700 pessoas, fechamos a pista, e a Compesa foi multada e foi obrigada a fazer outra bacia de sedimentação, foi a força do povo que fez isso (entrevistado 3).

Juntamos com o pessoal da colônia para arranjar o Projeto Chapéu de Palha para os pescadores (entrevistado 4).

Sim, para resolver problema da taxa de esgoto (entrevistado 11).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou em ações pontuais como a reivindicação de melhora no sistema de esgoto para o Ministério Público e de acesso ao Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado de Pernambuco. Com o objetivo de melhor

compreender a ação cooperativa entre os pescadores, outra questão, proposta a esses pescadores, foi: “Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, você ajudaria com seu tempo?,” no sentido de investigar acerca se eles estariam dispostos a trabalhar, como voluntários, para a comunidade, de modo que todos os entrevistados responderam afirmativamente, de maneira incisiva, salientando a ajuda ao próximo como uma atitude importante em suas vidas. Assim disseram os pescadores:

Sim, já fiz isso várias vezes (entrevistado 1).

Sim (entrevistado 2).

Sim, já fiz isso e continuo fazendo (entrevistado 3).

Sim, para ajudar outras pessoas (entrevistado 4).

Sim (entrevistado 5).

Sim, se está precisando, eu ajudo (entrevistado 6).

Sim, porque quem precisa de ajuda também tem que ajudar (entrevistado 7).

Sim, sou ajudado e tenho que ajudar também (entrevistado 8).

Sim, porque é bonito, é bom ajudar (entrevistado 9).

Sim, porque no futuro posso tirar algum benefício (entrevistado 10).

Sim, porque é uma coisa minha de ajudar, em que me sinto bem fazendo isso (entrevistado 11).

Como se pode notar, os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso indicaram a ajuda ao próximo como sendo uma ação importante na comunidade em geral, denotando, dessa maneira, um tipo de cooperação baseado em “trocas altruísticas,” ou seja, “como uma experiência internalizada entre os seres humanos” (SENNETT, 2012, p. 109).

Os pescadores da Colônia Z-7 agiram de maneira coletiva com objetivos comuns, como foram os casos da solicitação, à Compesa, de uma bacia de sedimentação no Município de Rio Formoso e o acesso ao Programa Chapéu de Palha. Nesses dois casos, os pescadores agiram em circunstâncias em que todos estavam em condição de igualdade, ou seja, não houve competição, mas sinergia de ações para o alcance da melhora no serviço de tratamento de esgoto da comunidade e acesso a um programa de Governo, denotando, dessa forma, que essas ações coletivas foram, em alguma medida, pressionadas por uma situação de exclusão social.

Esse tipo de cooperação se aproxima, em parte, ao que Sennett (2012) denominou de “trocas altruísticas.” Este termo, porém, se enquadraria perfeitamente, caso os pescadores entrevistados tivessem agido de forma genuína e não esperassem nada em troca. Entretanto,

os pescadores da Colônia Z-7 esperavam o reconhecimento de suas reivindicações e o atendimento de suas necessidades. Esses fatos pontuais de cooperação, portanto, evidenciados pelos pescadores entrevistados a partir de circunstâncias que unem todas as pessoas, as quais a insatisfação com o serviço público de saneamento básico e o desejo de acesso ao Programa Chapéu de Palha, do Governo estadual, em alguma medida, enfraquecem o capital social, uma vez que se aproximam muito mais da cooperação forçada do que da cooperação genuína (SENNETT, 2012). Aspecto que poderá tornar mais complexa, de alguma maneira, a inserção dos pescadores da Colônia Z-7 como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex.

No âmbito da faina de pesca, os pescadores da Colônia Z-7 ao ser perguntados “Você pesca isolado (a) ou em grupo?,” a maioria respondeu que pesca em grupo, relatando que esses grupos variam de duas a três pessoas, e são formados por familiares e amigos. Eis os relatos:

Mais em grupo, de dois ou três (entrevistado 1).

Grupo (entrevistado 2).

Tanto só, quanto em grupo, geralmente com duas pessoas (entrevistado 3).

Com mais um companheiro, às vezes a minha esposa vai (entrevistado 4).

Com o meu marido (entrevistado 5).

Pesco com minha esposa, quando ela não vai, eu vou só (entrevistado 6).

Vou com minha esposa (entrevistado 7).

Pesco sozinho (entrevistado 8).

Sozinha, mas o filho acompanha (entrevistado 9).

Pesco com o marido e a amiga (entrevistado 10).

Pesco em grupo e só (entrevistado 11).

Os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas. Há que se destacar a participação das mulheres na faina pesca, evidenciando uma estrutura de pesca familiar mais homogênea com relação à questão de gênero, ou seja, a mulher exercendo papel principal na atividade pesqueira. Os pescadores mais experientes, ou os mestres, ensinam e trabalham, e, dessa forma, estabelecem uma relação vertical e horizontal com os pescadores aprendizes. Ou seja, o mestre no próprio ato de pescar exerce sua profissão e a transmite ao aprendiz. A faina de pesca constitui, dessa maneira, um campo cooperativo, em que todas as pessoas que participam são beneficiadas.

Ou seja, o manuseio da arte de pesca é possibilitado, a captura é aumentada e o transporte facilitado, apesar de suas diferenças no papel da atividade pesqueira.

Esse tipo de cooperação genuína se assemelha ao que Sennett (2012, p. 105) denominou de *trocas diferenciadas*, em que o equilíbrio entre a competição e a cooperação é mais provável e onde acontecem “[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa, [que] podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação.”

A cooperação genuína, própria da cultura tradicional da faina da pesca artesanal, constitui fator positivo na construção do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 na gestão da Resex de Rio Formoso, considerando que as *trocas diferenciadas* entre esses pescadores os subsidiam para participarem como protagonistas no Conselho Deliberativo. Nesse contexto, para compreender a faina da pesca dos pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso como interveniente no processo de construção do capital social, esses pescadores foram questionados acerca da existência de regras informais nos locais de pesca e responderam, em sua maioria, que não existiam regras. Três entrevistados disseram, porém, que na pesca do estuário os pescadores têm procedimentos locais para o uso de redes de emalhar e da camboa. Como seguem os relatos:

Sim, se tem alguém com rede de espera, tem que passar distante para não espantar o peixe; quando vão colocar camboa em algum canal, eles embalizam, ali já está marcado o território e o dono da camboa tem até cinco dias para colocar a rede (entrevistado 2).

[...] tinha uma regra antiga, para que os camboeiros tirem as estacas depois da despesca (entrevistado 7).

Sim, tem que ter uma distância mínima entre caceias, durante a noite (entrevistado 10).

O fato de os pescadores terem citado algumas regras informais, no que concerne ao uso da camboa e das redes de emalhar, indica que problemas entre diversos grupos de pescadores que se utilizam de artes de pesca diferentes no estuário de Rio Formoso são negociados entre os próprios pescadores por meio da instituição de normas informais baseadas no conhecimento tradicional. Essas regras informais, construídas tradicionalmente ao longo do tempo, contêm um saber-fazer no que tange à dinâmica dos recursos pesqueiros e do próprio estuário. Nesse contexto, inferimos que existe uma relação de “troca diferenciada” (SENNETT, 2012).

Ou seja, o saber-fazer cooperativo dos pescadores da Colônia Z-7, no âmbito da faina de pesca, é intimamente ligado ao ambiente natural e, dessa forma, contribui para a gestão dos recursos naturais baseada na sustentabilidade ambiental, pois “[...] pensar em práticas de gestão pesqueira é vê-las mais bem traduzidas, em larga medida, pelo saber-fazer marítimo contido e transmitido pelos mestres de pescaria, em sua arte, que guardam profundo conhecimento da ecologia local do mar, rios e estuários [...]” (RAMALHO, 2012b, p. 295).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, lastreada pelo saber-fazer tradicional da faina de pesca, constitui fator positivo na formação do capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex, na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que “ O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem” (PAULA, 2001, p. 144).

No que concerne à cooperação, outro aspecto revela-se a partir das respostas dos pescadores da Colônia Z-7 referente às regras informais, que é a existência de uma cooperação que se estende além das relações mais próximas, de amigos e familiares, diferentemente do capital social sob a análise da confiança. Ou seja, pode-se visualizar capital social *bridging* (STORPER apud SANTOS, V., 2007), que funciona como ponte de ligação entre diversos grupos de pescadores.

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca da cooperação no âmbito da faina de pesca, perguntou-se aos pescadores: “Em sua opinião, a pesca pode melhorar?,” no sentido de investigar se na perspectiva de melhora na pesca está inserido algum indício de prática cooperativa. A maioria dos pescadores respondeu afirmativamente, indicando a existência de normas e regras e o cumprimento delas para uma melhora na atividade pesqueira, a exemplo da criação da Resex, fiscalização ambiental, ordenamento pesqueiro, etc. Assim se referem os pescadores entrevistados:

Sim, a questão é os empreendimentos deixarem. Se nós conseguíssemos que se respeitassem os territórios dos pescadores, e a legislação fosse cumprida... (entrevistado 1).

Sim, criando a Resex vai melhorar, porque vai ter normas, e a maioria dos acentos são das comunidades e poderão reivindicar os seus direitos (entrevistado 2).

Sim, se tiver uma fiscalização, melhora (entrevistado 3).

Sim, se tiver um projeto para parar a pesca por seis meses, dava tempo de os peixes crescerem. Com um Governo seguro que fiscalize a região (entrevistado 4).

Não, os pescadores daqui já correram todos, foram trabalhar em Suape. Há trinta anos era bom de peixe (entrevistado 5).

Com o turismo não tem como melhorar, tem que ter uma fiscalização... (entrevistado 6).

Pode, se parar de botar redinha, e as lanchas têm que andar mais devagar para poder deixar a gente pescar (entrevistado 7).

Sim, combatendo as lanchas (entrevistado 8).

Fazendo uma limpeza nos rios, pode melhorar (entrevistado 9).

Sim, tendo tempo de defeso nas desovas dos peixes (entrevistado 10).

Sim, fazendo limpeza do rio, seguro-defeso para recuperação dos peixes (entrevistado 11).

O fato de os pescadores apontarem uma expectativa de melhoria da atividade pesqueira pela necessidade de se criarem novas regras para o uso do estuário de Rio Formoso, que vão desde a proteção dos territórios pesqueiros até a criação da Resex, passando pelo ordenamento do turismo, como também pela necessidade de fazer com que as regras existentes sejam cumpridas por todas as pessoas que utilizam o estuário de Rio Formoso, a exemplo da legislação ambiental, indica uma carência de capital social, pois “Una norma prescriptiva dentro de una coetividad que constituye una forma especialmente importante de capital social es la norma que establece que uno debería superar sus intereses egoístas y actuar en beneficio de la coetividad” (COLEMAN, 2001, p. 60).

A ausência de normas que equilibrem a cooperação e a competição, ou seja, a inexistência de “trocas diferenciadas” (SENNETT, 2012) no contexto mais amplo da faina de pesca indica uma fraca cooperação genuína, portanto, constituindo um fator negativo para o fortalecimento do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso. Essa fraca cooperação em uma dimensão mais ampla da faina de pesca de Rio Formoso é mais plausível de ser explicada pelo papel institucional na dispersão do capital social, ou seja, a ausência do Estado na gestão dos territórios tradicionais, como fator negativo para a formação desse capital na perspectiva do desenvolvimento local.

A faina da pesca se mostrou como um campo de cooperação genuína que se perpetua ao longo do tempo pelo saber-fazer tradicional dos pescadores artesanais e, conseqüentemente, como um fator positivo do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex, na medida em que essa cooperação na faina de pesca está intimamente ligada ao ambiente natural, principalmente pela construção de regras tradicionais de manejo pesqueiro, que, além de evidenciar um profundo conhecimento da dinâmica dos recursos pesqueiros, amplia o campo cooperativo para além das relações entre familiares e amigos.

Por outro lado, a análise da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, a exemplo da análise da confiança, do item anterior, deve ser pautada pela complexidade das circunstâncias da atividade pesqueira. Ou seja, o aspecto da ausência do Estado constitui fator do enfraquecimento da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, pela má qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade, pela ausência e pelo não cumprimento das normas institucionais. Mesmo assim, a análise do papel do Estado não se mostra pragmática, nem muito menos linear, pelo contrário, se torna mais complexa, na medida em que o próprio Estado também passa a ser percebido como solução para os problemas da região, considerando que a criação de grande parte das regras e normas sociais se formaliza pelo Estado, a exemplo do Programa Chapéu de Palha do Governo estadual e da criação de uma Resex que é uma política pública ambiental do Governo federal. Neste sentido, “[...] não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão” (FREITAS, 2008, p. 96).

Diante do exposto, torna-se fundamental aprofundar a análise de como se deu a mobilização dos pescadores da Colônia Z-7 para solicitarem a criação da Resex de Rio Formoso. Em outras palavras, compreender como essa nova maneira de relação, entre sociedade, organização não governamental e Estado, interfere na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, indicando, dessa maneira, a relevância da análise do capital social desses pescadores em sua dimensão exógena.

4.3 Grupos e redes, a dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7

Diferentemente das categorias confiança e cooperação do capital social, na dimensão das relações tradicionais da comunidade pesqueira, analisada nos itens anteriores, a categoria *grupos e redes* a ser apreciada neste item aborda o capital social em sua dimensão exógena, ou seja, como os pescadores da Colônia Z-7, ao se relacionar de maneira que vão além da tradição, moldam esse capital reinventando o seu conhecimento tradicional.

De acordo com as observações de campo, na Reunião Ordinária da Colônia Z-7, em 25 de novembro de 2012, a instituição, atualmente, tem aproximadamente 500 sócios, que se reúnem mensalmente no último domingo de cada mês, com participação média de 50 pescadores e pescadoras, em que são discutidos assuntos de interesse dos associados, conforme entrevista concedida pela presidente da Colônia Z-7. Esta participação dos

pescadores em grupos sociais, em si, constitui um fator que em alguma medida contribui para a formação do capital social, lembrando que capital social “[...] se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertinencia a un grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 148).

Os pescadores entrevistados participam de alguns grupos sociais, dos quais a Colônia Z-7 foi o grupo mais citado, seguido da Igreja Assembleia de Deus e da Igreja Católica. Ao serem questionados: “Você e os membros de sua casa participam de algum grupo ou associação?,” os pescadores responderam:

Da Colônia Z-7, da Articulação das Mulheres Pescadoras (coordenação) e do Movimento dos Pescadores de Pernambuco (entrevistado 1).

Participo da Colônia Z-7, da Associação de Moradores e do Grupo de Futebol dos Veteranos (entrevistado 2).

Só da Colônia Z-7 (entrevistado 3).

Da Colônia Z-7, eu e minha esposa. Minha esposa é da Assembleia de Deus (entrevistado 4).

Eu e meu marido somos da Colônia Z-7 (entrevistado 5).

Colônia Z-7, eu e minha esposa (entrevistado 6).

Colônia Z-7 e Assembleia de Deus (entrevistado 7).

Eu e minha filha somos da Colônia Z-7, e minha esposa é da Assembleia de Deus (entrevistado 8).

Eu sou da Colônia Z-7 e da Igreja Católica, minha filha é da Assembleia de Deus (entrevistado 9).

Sou da Colônia Z-7 (entrevistado 10).

Sou da Colônia e da Assembleia de Deus (entrevistado 11).

Praticamente, todos os entrevistados relataram que consideram a Colônia Z-7 o grupo mais importante de que participam, e justificaram que essa importância se deve aos benefícios individuais recebidos por essa instituição. Eis os relatos:

A Colônia é mais importante, pois tem relação com minha profissão e onde trabalho, e acesso benefícios (entrevistado 1).

Na Colônia Z-7, tiro minha renda, trabalho para o meio ambiente, e isso fortalece a organização (entrevistado 2).

Foi a Colônia que me aposentou, e tenho ajuda quando fico doente, também tenho acesso a projetos que trazem embarcações, artes de pesca, apesar de não ter mais peixe, a gente recebe muita ajuda (entrevistado 3).

A Assembleia de Deus, por causa da fé em Deus. A Colônia Z-7 traz os benefícios, auxílio-maternidade (entrevistado 4).

A Colônia Z-7 traz aposentadoria, benefícios para doenças (entrevistado 5).

A Colônia Z-7 é um seguro de vida para a gente, uma aposentadoria, um auxílio doença quando a gente precisa (entrevistado 6).

A Colônia Z-7 porque faz mais tempo que estou inscrito, devido à minha profissão, à minha aposentadoria (entrevistado 7).

A Colônia Z-7 porque me ajuda a viver ao longo da vida, através dos benefícios e da aposentadoria (entrevistado 8).

A Colônia Z-7 devido à aposentadoria e aos benefícios (entrevistado 9).

A Colônia é a mais importante, pois me ajudou a tirar minha carteira de pescador, pagar INSS, e onde comunico as coisas erradas que acontecem na pesca (entrevistado 10).

Assembleia de Deus, porque me sinto bem (entrevistado 11).

De uma maneira geral, os pescadores se mostraram interessados nas reuniões da Colônia Z-7, principalmente na questão dos benefícios individuais a ser acessados, que vão desde o auxílio na retirada de documentos até aumento na renda pessoal, passando pelo auxílio para aposentadoria, auxílio na saúde, projetos para aquisição de equipamentos de pesca, etc. Apenas a presidente e o tesoureiro da Colônia Z-7 relacionaram a importância da participação nas reuniões, no sentido de benefícios coletivos.

Nas falas dos entrevistados referentes aos grupos em que participam, em sua comunidade, vale destacar a importância que os pescadores atribuíram à Assembleia de Deus, principalmente ao verificarmos que os mesmos foram enfáticos ao dizerem que a importância da Colônia Z-7, em suas vidas, se limita ao acesso aos benefícios materiais. Em outras palavras, o estado de contingência material leva esses pescadores a buscarem um estado de segurança, mesmo que na dimensão psicológica.

Dessa forma, os relatos dos pescadores mostraram o interesse, em geral, pelas reuniões dos grupos de que participam. Apenas dois responderam que não se interessavam, enquanto que os demais responderam que se interessavam, e afirmaram que a participação é importante, principalmente devido ao acesso às informações para adquirirem benefícios sociais. Mas, considerando as circunstâncias apontadas pelos relatos dos pescadores da Colônia Z-7 em relação à motivação para essa participação, nos diversos grupos descritos, e o modo como eles se referiram aos propósitos em relação à participação nesses grupos, sobressai a necessidade de análise do capital social por outro ângulo.

Ao considerarmos que o fator principal que mobiliza as pessoas a participarem da Colônia Z-7 é a expectativa de terem os seus direitos de cidadãos respeitados, como a saúde pública e a previdência social, configura que a participação dos pescadores nesses grupos evidencia capital social no seu aspecto fraco, uma vez que a maneira como as pessoas se referiram aos grupos de que participam remete ao processo de injustiça e exclusão social, descrito por Callou (2007) e Ramalho (2012a), no Capítulo 2. Em outras palavras, no

contexto da participação dos pescadores na Colônia Z-7, o capital social se mostra por sua face vilipendiada pela invasão cultural aos modos de vida tradicionais dos pescadores artesanais ao longo do tempo. Neste sentido, deduzimos que essa forma de participação dos pescadores na Colônia Z-7 constitui fator que interfere negativamente no capital social, principalmente ao considerarmos o protagonismo desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex.

Para melhor compreender a forma como os pescadores de Rio Formoso estão inseridos nos grupos e redes sociais, esses pescadores foram questionados: “Como o Sr.(a) acha que a participação nas reuniões pode melhorar a comunidade?;” e relataram a Colônia Z-7 como um local de acesso às informações e de participação importante para a comunidade. A essa questão, eles assim se referem:

Atualização das informações, ficamos sabendo do que está acontecendo, para tomar providências (entrevistado 1).

Sempre dou opiniões, faço críticas dependendo dos temas em que estão sendo discutidos (entrevistado 2).

Sim, muitos confiam na nossa conversa, do que dizemos na colônia (entrevistado 3)

Sim, porque temos que saber todos os assuntos que se passam (entrevistado 4).

Sim, porque temos que ouvir e aprender as coisas, saber o que está se passando (entrevistado 5).

Sim, faço parte da colônia, então é importante para mim (entrevistado 6).

Sim, se eu vier, eu fico sabendo de tudo (entrevistado 7).

Sim, cada reunião tem as possibilidades de ajudar (entrevistado 8).

Sim, para saber das coisas (entrevistado 9).

Sim, tem que estar presente e assinar a ata, para poder me aposentar (entrevistado 10).

Sim, sem os sócios na reunião não teria proveito, a reunião só acontece com os sócios (entrevistado 11).

Esses relatos indicam como os pescadores percebem a importância das reuniões dos grupos de que participam, evidenciando a Colônia Z-7 como um lugar de importante papel na comunicação de informações acerca dos problemas existentes na comunidade e para acesso a políticas públicas, como também no próprio envolvimento desses pescadores nas assembleias ordinárias da instituição. No sentido de conhecer mais a participação nos grupos sociais, os pescadores foram perguntados sobre o que eles fariam se surgissem situações, nas reuniões,

em que não concordassem. Oito entrevistados responderam que não diriam nada, justificando que não gostam de falar em público.

Tal fato também foi observado na participação do autor em duas assembleias ordinárias da Colônia Z-7, em que a maioria dos associados se limitou a ouvir os informes passados pela Diretoria da Colônia Z-7. Essas respostas reforçam a leitura da participação dos pescadores na Colônia Z-7 como expectadores passivos, ou seja, uma participação baseada na expectativa de manutenção do acesso aos benefícios, corroborando com o peso histórico do processo de intervenção vertical das organizações públicas nas comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil, sobretudo por meio das colônias de pescadores (CALLOU, 2007; RAMALHO, 2012a).

Observou-se, durante a assembleia ordinária, a comunicação, pela diretoria da Colônia Z-7, acerca de diversos assuntos, dentre os quais o movimento O Grito da Pesca Artesanal 2012. O Grito, como também é conhecido o movimento, tentou mobilizar todos os pescadores do Brasil a fazer pressão pela revogação da Instrução Normativa 06/2012, na qual o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) quer retirar direitos e impor mais impostos aos pescadores e pescadoras artesanais.

Diversos assuntos foram abordados na assembleia, dentre os quais: a viagem que as pescadoras farão pelo Projeto Chapéu de Palha, do Governo do Estado de Pernambuco; a luta dos pescadores para garantirem seus territórios, que estão sendo apropriados por empreendimentos particulares, que inclusive impedem o acesso à praia; a mortandade de sururu que ocorreu no estuário, e que ninguém quantificou e não se sabe a causa; a questão dos viveiros e da poluição dos rios; e a importância que tem a participação dos pescadores no processo de criação da Resex no estuário de Rio Formoso.

A Colônia Z-7, dessa forma, se mostrou como um espaço onde os pescadores têm possibilidade de se expressar e de acessar informações acerca das políticas públicas voltadas à atividade pesqueira artesanal, como também se mostrou como um espaço de comunicação com outros atores sociais. A presidente da Colônia Z-7 relatou a importância da integração da instituição que preside na Rede Mangue Mar/PE para o início do processo de criação da Resex de Rio Formoso, conforme entrevista concedida. Como segue:

A Rede Mangue Mar/PE ajuda as colônias para se organizarem e participarem efetivamente das lutas. Possibilita estarmos em articulação com outras instituições. Também nos apoia no processo de criação de uma Resex federal, e nos ajuda a combater uma manobra do Estado de criar uma APA estadual, justamente para impedir a criação da Resex (entrevistado 13).

Esse tipo de ligação pelo qual os líderes dos pescadores da Colônia Z-7 se integram à Rede Mangue Mar/PE estabelece um tipo de comunicação, que liga esses pescadores a diversos atores sociais, como pesquisadores, gestores estatais e organizações não governamentais, e proporciona outras formas de lutas. Desta forma, evidencia-se outro aspecto do capital social que se materializa pela apropriação propriamente dita da política pública ambiental de criação da Resex pelos pescadores de Rio Formoso a partir do trabalho da Diretoria da Colônia Z-7 em pôr em contato os pescadores de Rio Formoso com outros grupos sociais.

Essa integração da Colônia Z-7 à Rede Mangue Mar/PE denota uma nova forma de luta desses pescadores, estabelecendo um tipo diferente de relação entre sociedade e Estado para garantia dos territórios em que sempre viveram e exerceram suas atividades tradicionais. Nessa defesa de seus territórios, os pescadores da Colônia Z-7 fazem sobressair circunstâncias complexas que envolvem conflitos em diferentes esferas governamentais, como é o caso do Governo federal a favor da criação da Resex de Rio Formoso e a oposição da criação dessa unidade de conservação pelo Governo estadual (INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE, 2011).

A Rede Mangue Mar/PE teve início quando um grupo de pessoas começou a trabalhar *em rede*, com o objetivo de defender os interesses dos povos do mar e a conservação dos ambientes marinhos, manguezais e restingas da costa pernambucana. A Rede Mangue Mar/PE está articulada à Rede Mangue Mar Brasil e à Redmanglar Internacional, com iguais preocupações do ponto de vista ambiental (INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE, 2009).

A articulação da Colônia Z-7 com a Rede Mangue Mar/PE constitui uma nova forma de luta para resolução de conflitos sociais, em que os pescadores buscam desempenhar um novo papel, por meio de outras formas de mobilização e participação. Assim descreve um articulador da Rede Mangue Mar/PE, em entrevista concedida para esta pesquisa no Município de Rio Formoso. Diz ele:

A Rede Mangue Mar/PE auxilia a comunidade na organização dos eventos para discussões da criação da Resex. Disponibiliza para a comunidade um espaço na internet onde podemos nos comunicar. Também nos comunicamos por telefone, e cartas-convite. As maiores dificuldades de agirmos em rede é a falta de tempo e a falta de disponibilidade das pessoas em participar. A falta de recursos financeiros não possibilita que possamos agendar reuniões ordinárias (entrevistado 12).

Os pescadores artesanais de Rio Formoso, ao assumir uma postura de defesa da atividade pesqueira e dos seus territórios, se integraram à Rede Mangue Mar/PE, que dispõe de uma rede virtual de comunicação para atuar e se mobilizar em defesa dos direitos dos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) de Olinda faz parte da Rede Mangue Mar/PE, tendo sido um dos contemplados com o edital de Meio Ambiente da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), em outubro de 2009. A CPP realizou o projeto Assessoria e Apoio a Comunidades de Pescadores e Pescadoras de Unidades de Conservação. Este projeto tem como objetivo ampliar e qualificar a participação de pescadores e pescadoras nos conselhos gestores das Unidades de Conservação recém-criadas ou em processo de criação, mas que ainda estão sem conselhos gestores e planos de manejo, tornando-as sem efeito na prática (PITTS, 2009, p. 1).

Nesse sentido, deduzimos que a participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE se constitui positiva na construção do capital social em sua dimensão exógena, uma vez que contribui para o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex, na medida em que o surgimento da Rede Mangue Mar/PE está intimamente ligado com a demanda da criação da Resex de Rio Formoso pelos pescadores da Colônia Z-7. A Rede Mangue Mar/PE subsidiou a Colônia Z-7 na solicitação formal de criação de uma Resex no Município de Rio Formoso, e ao mesmo tempo essa rede foi criada, em parte, para a apropriação dessa política pública ambiental por esses pescadores.

A demanda pela criação da Resex em Rio Formoso, por meio de um abaixo-assinado, feito pelos pescadores, de certa forma materializou essa apropriação da política pública ambiental a partir das relações construídas no âmbito da rede, se considerarmos que [...] el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extension de la rede de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital [...] poseído por aquellos con quienes está relacionado (BOURDIEU, 1998, p. 150).

Essa nova disposição de organização social, em rede, pelos pescadores da Colônia Z-7, constitui, dessa forma, um elemento significativo, pois se cria uma nova forma de luta, como se refere Franco (2001b, p.157) se são construídas “[...] comunalidades em vários níveis, articulando, em rede, pessoas e grupos humanos e praticando formas diretas e participativas de democracia – isso, certamente, gerará Capital Social.”

Dessa forma, deduzimos que a Rede Mangue Mar/PE vem fortalecendo o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex. Isto se prende ao fato de que os pescadores por meio das lideranças da Colônia Z-7 se instrumentalizam para

alcançar novos papéis na estrutura social de que participam, ou seja, os pescadores da Colônia Z-7 podem aumentar seu capital social pelo ganho de “capital político” (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Nas observações realizadas durante o IV Encontro Nacional da Rede Manguê Mar Brasil, em dezembro de 2012, foram registradas diversas discussões acerca de temas ambientais e socioambientais, como “Os Conflitos na Zona Costeira e as Experiências de Enfrentamento Existentes,” “Diretrizes Mundiais para Pesca Artesanal,” “Impactos do Aquecimento Global nos Recifes de Corais e as Iniciativas de Recuperação,” “Campanha Nacional pela Regularização do Território Tradicional das Comunidades Pesqueiras,” e “Política Aquícola na América Latina.” Estiveram presentes representantes da rede no Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, os quais tiveram espaço para informar acerca dos conflitos socioambientais de cada Estado.

Nesse evento, também foi divulgado em sessão plenária que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou o Encontro Nacional das Resex Marinhas, em dezembro de 2012, em Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, onde foram realizados alguns encaminhamentos, como a criação do Plano Nacional de Comunicação das Resex, Programa de Fortalecimento dos Conselhos Deliberativos, Programa de Proteção, Controle e Monitoramento das Resex, com o objetivo de garantir que os Conselhos Deliberativos sejam respeitados.

As temáticas desenvolvidas no IV Encontro Nacional da Rede Manguê Mar Brasil constituem, dessa forma, recursos que os pescadores da Colônia Z-7 acessam para se incluir nos processos de discussões acerca da gestão dos territórios tradicionais de pesca e do modelo de desenvolvimento a ser adotado na localidade. Estes recursos, portanto, constituem um tipo específico de capital social, pois como sabemos, “[...] as interligações entre o meio ambiente e os problemas sociais, propondo [propõe] estratégias de envolvimento das comunidades locais rurais e urbanas na solução dos problemas socioambientais” (DIEGUES, 2001, p. 139). Em síntese, essa disposição em rede para discutir problemas ambientais é positiva no processo de construção desse capital social para criação da Resex de Rio Formoso, na perspectiva do desenvolvimento local.

Essa nova comunicação, ao aproximar os pescadores da Colônia Z-7 com o ICMBio e outros órgãos governamentais para tratarem da gestão dos territórios tradicionais, denota uma transformação na relação entre sociedade e Estado e, em alguma medida, descentraliza o

poder, uma vez que os pescadores da Colônia Z-7 deverão participar de todo o processo de criação da Resex e protagonizar a gestão no Conselho Deliberativo.

Nesse sentido, deduzimos que a dimensão exógena do capital social a partir dos *grupos e redes* está correlacionada com o capital social em sua perspectiva neoinstitucional, considerando que todo o processo de formação da Rede Mangue Mar/PE girou em torno da política pública ambiental de criação das Resex de Pernambuco, inclusive a Resex de Rio Formoso, que por sua vez contribuiu para a formação do Capital Social.

Diante da discussão no âmbito da categoria de análise *grupos e redes*, salientamos a importância da dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, que evidencia o Estado, através da política pública de criação da Resex como condicionador, pelo menos em parte, do surgimento da Rede Mangue Mar/PE, e esta, por sua vez, um fator positivo na formação do capital social da Colônia Z-7.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/UFPE - 2013

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, Pernambuco. Estes pescadores mostraram-se inseguros no Município de Rio Formoso, na medida em que todos os entrevistados afirmaram que nunca é demais ter cuidado na comunidade onde moram. A falta de confiança desses pescadores nessa comunidade constitui um desafio a ser vencido. A incipiente confiança na comunidade em geral, atualmente, é um fator que interfere negativamente na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7. Essa incipiente confiança é, também, consequência do processo histórico de exclusão e injustiças sociais vivenciado por esses pescadores. Além disso, atualmente, o Estado, pela sua ausência no ordenamento e na fiscalização dos usos dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, acaba por potencializar a deterioração da confiança desses pescadores na comunidade em geral, contribuindo também para a degradação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso.

Ao considerarmos a cooperação como desdobramento da confiança, os pescadores da Colônia Z-7 apresentaram uma cooperação forçada, no âmbito da comunidade em geral, uma vez que a insatisfação com o serviço público de saneamento básico e o desejo de acesso ao Programa Chapéu de Palha, do Governo estadual, foram os fatores que permearam a ação coletiva desses pescadores. Essa cooperação forçada também interfere negativamente na formação do capital social e, conseqüentemente, na inserção desses pescadores no processo de criação da Resex, mais especificamente para atuarem como protagonistas no Conselho Deliberativo. Salientamos, também, a influência negativa do Estado na cooperação desses pescadores. No capital social dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, a confiança e a cooperação, na dimensão comunitária, colocam em evidência o aspecto fraco desse capital.

Entretanto, os pescadores da Colônia Z-7 apresentaram capital social do tipo *bonding*, entre pessoas mais próximas, como pais e amigos, nas relações de aprendizagem no âmbito da faina de pesca, pois se verificou a confiança interpessoal passada de geração a geração. Essas relações de aprendizagem, na medida em que são intimamente ligadas ao ambiente natural, constituem, dessa forma, um tipo específico de capital social, que fortalece o processo de conquista da sustentabilidade.

A transmissão do modo de fazer dos pescadores artesanais da Colônia Z-7 para os pescadores aprendizes, caracterizada pela intimidade com o ambiente natural, constitui um

estoque de capital social que poderá contribuir para a gestão ambiental do Conselho Deliberativo da Resex de Rio Formoso. A confiança interpessoal no âmbito da aprendizagem na faina pesqueira é um elemento positivo para a formação desse capital. Soma-se a isso, que os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas, pois os pescadores mais experientes ensinam e trabalham simultaneamente, e dessa forma estabelecem uma relação vertical e horizontal com os pescadores aprendizes. Ou seja, o pescador da Colônia Z-7 no próprio ato de pescar exerce sua profissão e a transmite ao aprendiz.

A faina de pesca constitui, dessa maneira, um campo de cooperação genuína, em que todas as pessoas que participam são beneficiadas, ou seja, o manuseio da arte de pesca é possibilitado, a captura é aumentada e o transporte facilitado. O saber-fazer cooperativo dos pescadores da Colônia Z-7, no âmbito da faina de pesca, também é intimamente ligado ao ambiente natural e, dessa forma, contribui para a gestão dos recursos naturais baseada na sustentabilidade ambiental. A confiança e a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, na dimensão da faina de pesca, lastreada pelo saber-fazer tradicional intimamente ligado ao ambiente natural, constituem fator positivo desse capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex.

A participação dos pescadores na Colônia Z-7 de Rio Formoso é baseada na expectativa de manutenção do acesso aos benefícios, denotando passividade e, assim, se articulando com o peso do processo de injustiça e exclusão que esses pescadores sofreram ao longo do tempo. Essa participação dos pescadores na Colônia Z-7 mostra a face vilipendiada do capital social pela invasão cultural aos modos de vida tradicionais dos pescadores artesanais ao longo do tempo.

Por outro lado, a demanda pela criação de uma Resex em Rio Formoso, através de um abaixo-assinado, feito pelos pescadores da Colônia Z-7, materializando a apropriação da política pública ambiental de criação de Resex por esses mesmos pescadores, se deu a partir de relações construídas no âmbito da Rede Mangue Mar/PE. Desta forma, a participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE constitui uma nova forma de sociabilidade construída, que vai além das relações dos pescadores na faina de pesca, contribuindo para a construção do capital social, em sua dimensão exógena, uma vez que subsidia em alguma medida o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex.

A política pública ambiental de criação de Resex, definida pelo Snuc, que considera a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental; o reconhecimento, a

valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social; a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na criação da Unidade; e que, dessa forma, impulsionou a criação da Rede Mangue Mar/PE, que, por sua vez, foi criada principalmente para a criação das Resex no Estado de Pernambuco, evidencia, dessa maneira, uma interferência positiva do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7.

No âmbito do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, a dimensão das relações da faina de pesca e a das relações exógenas à tradição está correlacionada com a dimensão institucional desse capital. Ou seja, há de se considerar a influência histórica negativa que o Estado exerceu para os movimentos sociais dos pescadores brasileiros, como também a ausência atual na gestão ambiental no estuário do Município de Rio Formoso por parte desse Estado, que interferiram e ainda interferem negativamente na confiança e na cooperação desses pescadores na dimensão comunitária.

Não diferentemente, essa influência negativa se desdobra para a confiança na dimensão institucional, uma vez que entre esses pescadores e o Governo se estabelece uma confiança forçada, prejudicando a formação do capital social desses pescadores no processo de criação da Resex de Rio Formoso. Mesmo assim, a análise do papel do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 não se mostra pragmática, nem linear, pelo contrário, se torna mais complexa, na medida em que o próprio Estado também passa a ser percebido como uma solução para os problemas da região e define políticas públicas que propiciam a formação desse capital, a exemplo do processo de criação da Resex de Rio Formoso, que é uma política pública ambiental do Governo federal.

Dessa forma, para a compreensão do papel do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, deve-se observá-lo em suas diversas faces, ora deixando lacunas em sua função de ordenar e fiscalizar o uso dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, ora dispondo de políticas públicas que condicionam a participação da sociedade, desde a criação até a gestão da Resex de Rio Formoso.

Todo o processo de mobilização de diversos atores sociais para a solicitação de criação da Resex de Rio Formoso se deu a partir da consolidação da política pública ambiental de criação de Resex em todos os biomas do território brasileiro. Esta política, definida pela Lei Nº 9.985 de julho de 2000 (Snuc), evidencia uma transformação da relação entre os pescadores da Colônia Z-7 e o Estado.

Dessa forma, para a análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, fez-se necessário adotar conceitos desse capital em várias perspectivas, no sentido de abranger o máximo possível as circunstâncias dessa problemática.

Outra questão que emerge na discussão do capital social dos pescadores artesanais inseridos em Reservas Extrativistas é a respeito da percepção que esses pescadores têm sobre a sustentabilidade e o modelo de desenvolvimento que as Resex propõem, ou seja, quais as chances de ser viabilizada a Resex de Rio Formoso na perspectiva do Desenvolvimento Local? Essa questão se agrava ao considerarmos o modelo de desenvolvimento insustentável proposto pelo grande capital e adotado pelo Governo do Estado de Pernambuco.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/UEPE/2013

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRE, Naína. A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. *Revista Samudra Report*, No 64, p. 34-41, de março de 2013.

BARBANTI JR. Olympio. *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/olybarbanti/conflitos-socioambientais-teorias-e-prticas>> Acesso em: 18 fev.2012.

BARQUERO, Marcello. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARQUERO, Marcello. A fragmentação social na América Latina: formas alternativas para sair da crise. In: BARQUERO, M. (Org.) *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Orgs.) *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Sandra Baptista Cunha, Antonio José Teixeira (organizadores). 5º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BORGES, Maria Lúcia Teixeira; CASTRO, Maria Luiza. *Capital social e educação: condições para o desenvolvimento na Reserva Extrativista do Cajari*. Práxis Educacional. nº 3. Vitória da Conquista, 2007, p. 309-331.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les éditions de Minuit, impr. 1970.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Las formas del capital*. Editora Piedra Azul. Lima-Peru. 1998. cap. 4, p.131-163.

BOURDIEU, Pierre. El capital social. Apuntes provisionales. In: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. de (Orgs.). *Capital Social*. Zona Abierta 94/95 (2001). p. 83-87.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. In: ANGHER, Anne Joyce (Coord.). *Legislação de direito administrativo: legislação de direito ambiental: Constituição Federal*. São Paulo: Rideel, 2003. (Coleção de Leis Rideel, Série mini 3 em 1).

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui.....(COLOCAR A EMENTA COMPLETA). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo. Brasília, DF, 8 fev. 2007. Seção..., p.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta... (COLOCAR A EMENTA COMPLETA). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção..., p.

BRASIL. Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre... (COLOCAR A EMENTA COMPLETA). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 ago. 2007. Edição Extra. Seção..., p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências. Disponível em: < www2.camara.leg.br/.../decreto-lei-221-28-fevereiro-1967-375913-n... > Acesso em: 19 set. 2012. Seção, p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do Cruzador “José Bonifácio” (1912-1924)*, São Paulo 1994. Apresentada como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1994.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão rural: polissemia e resistência. In: IV Congresso da SOBER. *Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*. Fortaleza, 23 a 27 de julho de 2006.

CALLOU, A. B. F. *Extensão rural: polissemia e memória*. Recife: Bagaço, 2007.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política*. Conferência promovida pelo Presidente da República. Centro Cultural de Belém, março, 2005. cap. 1, p. 17-31.

CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria Bianchini. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, C.F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania* /- 5.ed. – São Paulo : Cortez, 2011. p. 105-114.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: Febab: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

COSTA, L. M. da. *Cultura é natureza: tribos urbanas e povos tradicionais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 164p. ISBN 978-85-7617-21-4

DIEGUES, A. C. S.. *Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima* / Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. – São Paulo: NUAPUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. 3ª Edição. Editora Hucitec. São Paulo. 2001.

FERREIRA, Beatrice Padovani; MAIDA, Mauro. Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Orgs.) *Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira* – Brasília: MMA/SBF, 2007, p.39-49.

FRANCO, A. *Capital social*. Brasília. Millennium, 2001a.

FRANCO, Augusto de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.) *Desenvolvimento local*. Dinâmicas e estratégias. Rede DLIS. Julho, 2001b, p. 153-161.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, N. M. S. *Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS no Estado de Roraima*. Apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008. Disponível em: <www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=116> Acesso em: 26 jul. 2012.

GROOTAERT, Christiaan et al. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial. 23 de junho de 2003. Disponível em:

<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro (Tradutores) – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE. Comunicado do Movimento dos Pescadores e Pescadoras de Pernambuco, 21 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://MANGUE MARpernambuco.blogspot.com>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE. Informativo da Rede MANGUE MAR Pernambuco, n.02 – Janeiro a Dezembro/2010a. Disponível em: <<http://MANGUE MARpernambuco.blogspot.com>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE. Como surgiu a rede Mangue Mar em Pernambuco? 2009. Disponível em: <<http://MANGUE MARpernambuco.blogspot.com>> Acesso em: 23 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 2010a. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). *Boletim Técnico-Científico do Cepene*. Tamandaré, 2000. v.8, n.1, p.55-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil – 2001*. Tamandaré, 2002, 197p

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Oficina sobre elaboração de plano de manejo participativo de reservas extrativistas. *Projeto gestão de reservas extrativistas na Amazônia brasileira*. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:<www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in022007.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 3, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias: Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:<www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in032007.pdf> Acesso em: 19 set. 2012.

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

JARA, Carlos Júlio. *Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade*. IICA, novembro de 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri (Tradutores). – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. *Discursos sustentáveis* / Enrique Leff; Silvana Cobucci Leite (tradutora). São Paulo; Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C.F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania* – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p. 73-103.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009, p. 81-118.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. *A Democracia Deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade*. Cadernos de Pesquisa, nº33, novembro, 2002. ISSN – 1677-7166. Disponível em:

<<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2033.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2012.

MATOS, Aécio Gomes de. Capital Social e autonomia. Disponível em: <www.nead.gov.br/artigodomes> Acesso em: 29 abr. 2011.

MERTENS, Frédéric et al. *Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia*. Acta Amazonica. Vol.41(4) 2011: 481-492. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672011000400006> Acesso em: 9 jul. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) – Censo Educacional 2009. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 7 out. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:

<www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em: 19 set. 2012.

OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. *Desenvolvimento local. Dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro, Rede DLIS. Julho, 2001.

PITTS, Natasha. Projeto estimula o protagonismo de populações tradicionais de pescadores. Informativo Mangue Mar/PE. 26 out. 2009. Disponível em:

<http://manguemarpernambuco.blogspot.com.br/2009_10_25_archive.html> Acesso em: 17 ago. 2011.

PRATES, Ana Paula. Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Uso Sustentável como Instrumento para Gestão Pesqueira. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Orgs.) *Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira* – Brasília: MMA/SBF, 2007, p.15-27.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO. A história da cidade. Disponível em: <<http://rioformoso.webnode.com.br/sobre-nos/>> Acesso em: 16 jul. 2011.

PUTNAM, Roberto D. *La comunidad próspera. El capital social y la vida pública*. In: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. DE (Orgs.). *Capital Social. Zona Abierta* 94/95 (2001). p.89 a 104.

QUINAMO, Tarcísio. Considerações sobre a destruição de mangue em Suape. Informativo Mangue Mar/PE, 18 mai. 2010. Disponível em:

<<http://manguemarpernambuco.blogspot.com.br/search?q=Assim,+a+quest%C3%A3o+ambiental+de+Suape+n%C3%A3o+pode+ser+vista+de+forma+isolada>> Acesso em: 29 abr. 2011.

QUINTAS, José Silva. *Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico*. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009, p. 33-79.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola. In: *XVI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais e Pré-Alas Brasil*. De 4 a 7 de setembro de 2012. UFPI. Teresina, PI. 2012a.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. In: MOURA, A. S. (Org.). *Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia política às ações setoriais*.– Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012b, p.263-299.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. In: *Cadernos de Estudos Sociais* – Recife. V. nº 24, nº 2, p. 261-295. Jul/dez. 2008.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. As Reservas Extrativistas assegurarão os territórios dos pescadores? O caso do litoral Pernambucano. 2009a. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro5/.../GT5-746-793-20100527162038> Acesso em: 8 jan. 2012.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Aquicultura e expansão capitalista: a natureza como linha de montagem. In: GT 68 – Redesenhando Espaços: novos processos de apropriação do espaço marítimo/litorâneo. 2009b. Disponível em: <[http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2068%20-%20Redesenhando%20Espa%C3%A7os%20novos%20processos%20de%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20mar%C3%ADtimolitor%C3%A2neo/GT68-%20Ponencia%20\[Ramalho\].pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2068%20-%20Redesenhando%20Espa%C3%A7os%20novos%20processos%20de%20apropria%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20mar%C3%ADtimolitor%C3%A2neo/GT68-%20Ponencia%20[Ramalho].pdf)>, Acesso em: 8 jan. 2012.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 21, p.35-49, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200004&script=sci_arttext>, Acesso em: 8 jan. 2013.

RIBEIRO, Fabiano Pimentel; TAUKE SANTOS, Maria Salett; RIBEIRO, Gildo; COSTA, Everaldo. *Redes sociais e a questão ambiental: usos das redes sociais pelos pescadores da colônia Z-7, Rio Formoso/PE*. Boletim Técnico-Científico do Cepene. 2011 (No prelo).

RUSCHEINSKY, Aloísio. Capital social e educação ambiental: mecanismos de participação na gestão de recursos hídricos. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* ISSN 1517-1256, v. Especial, setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vesp2010/art8vesp2010.pdf>>, Acesso em: 8 fev. 2012.

SANTOS, Mércia Maria Farias dos. Impactos ambientais no estuário do rio Formoso a partir da confluência dos rios Ariquindá/Formoso, Tamandaré (PE). Apresentação da dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030904144845.pdf>>, Acesso em: 22 jun. 2012.

SANTOS, Valcir Bispo. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007*, UFSC, Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602. p. 654-679.

SENNETT, R. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação; Clovis Marques (tradução). Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, Caio Márcio. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DELIS, 2001, p. 31-42.

SILVEIRA, P. C. B.; RAMALHO, C. W. N.; PEDROSA, B. M. V Encontro Nacional da ANPPAS. Florianópolis – 4 a 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/GT5-746-793-20100527162038.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2009.

SUAPE. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/environment/environment.php>. Acesso em: 14 jun. 2013.

TRUSEN, Christoph. Desenvolvimento local integrado: uma introdução conceitual e metodológica. In: TRUSEN, Christoph; PINHEIRO, Maria Rosa Bitar. *Planejando o desenvolvimento local: conceitos, metodologias, experiências*. Belém: Prorenda Rural, 2002, p. 13-28.

IV ENCONTRO NACIONAL DA REDE MANGUE MAR BRASIL. *Privatização das Águas*

Públicas e os Conflitos Socioambientais na Zona Costeira do Brasil. Tamandaré, Pernambuco. 7 a 9 de dezembro de 2012.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/UFRPE - 2013

ANEXO A

Roteiro de observação de campo adaptado ao trabalho de Laville e DIONNE (1999).

Local: _____ Data: _____

Início da observação: _____ Término da observação: _____

Observador: _____

- 1) Característica do Local da Colônia Z-7 (distância do centro, distância do manguezal, se é estabelecimento próprio, aspectos da estrutura, etc.)
- 2) Participantes na reunião (quantidade, gênero, idade aproximada, associados, não associados)
- 3) Estrutura da organização da reunião (mesa, pauta, conteúdo das discussões)
- 4) Característica da participação dos presentes na reunião
- 5) Notas, lembretes e observações, em momento posterior.

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - PÓS-GRADUADO EM EDUCAÇÃO - 2013

ANEXO B

Roteiro de entrevista adaptado do questionário integrado para medir capital social.
(GROOTAERT, 2003)

Local: _____ Data: _____

Início da entrevista: _____ Término da entrevista: _____

Entrevistador: _____

Dados pessoais

Idade:

Escolaridade:

Nº de pessoas no domicílio:

Etnia:

Atividade profissional:

Tempo de profissão:

Confiança

1. Falando de maneira geral na sua comunidade, você diria que:
 - a. Pode-se confiar nas pessoas
 - b. Nunca é demais ter cuidado
2. A maioria das pessoas da comunidade está disposta a ajudar, caso você precise?
3. Com quem aprendeu a pescar?
4. Em sua opinião, o que mais prejudica a pesca?
5. Quem é o mais responsável por essa situação?
6. Quanto você confia no Governo?
7. Como avalia o posto de saúde da sua comunidade?

8. Como avalia as escolas da sua comunidade?
9. Como avalia o abastecimento de água da sua comunidade?
10. Como avalia o sistema de esgoto da comunidade?
11. Tem coleta de lixo na sua comunidade?
12. Pensando a respeito da qualidade dos serviços públicos, você acredita que o valor que se paga de impostos é alto, razoável ou baixo?
13. Geralmente, você tem dificuldades para pagar: alimentação, medicamentos, luz, água, vestimenta, transporte e moradia?
14. Possui outra forma de fazer renda, além da pesca?
15. Quais dos sentimentos melhor representam a forma como você se sente na comunidade?

Cooperação

16. Em sua opinião, a cooperação entre as pessoas pode ajudar a resolver os problemas da comunidade?
17. Nos últimos anos, tentou resolver algum problema da sua comunidade junto com outras pessoas? Caso positivo, pode citar um exemplo?
18. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, você ajudaria com seu tempo?
19. Você pesca isolado ou em grupo?
20. Existe alguma regra, entre os pescadores, nos pontos de pesca?
21. Em sua opinião, a atividade da pesca pode melhorar?
22. Estaria disposto (a) a trabalhar como voluntário (a) para melhorar a atividade pesqueira?

Grupos e redes

23. Você e os membros de seu domicílio participam de algum grupo ou associação? Quais? (associações, colônias, sindicatos, igrejas, etc.)
24. De todos os grupos que você e os membros de sua casa participam, quais são os dois mais importantes para a sua casa? Por quê?
25. Esses grupos trabalham com pessoas de outras comunidades? Quais?
26. Você se interessa pelas reuniões dos grupos de que participa? Quais os assuntos que mais lhe interessam nas reuniões?
27. Você conversa a respeito desses assuntos com pessoas fora da reunião? Com quem?
28. Acredita que sua participação nas reuniões é importante? Por quê?
29. Quando surgem situações nas reuniões que você não concorda, o que faz?

FABIANO PIMENTEL RIBEIRO - POSMEX/URPE - 2013